

Traduções
Translations

Para Além Do Estado¹ Oltre Lo Stato²

Santi Romano³

Felipe Pante Leme de Campos⁴

1 Este admirável estudo foi lido por ocasião da inauguração do ano acadêmico, no R. Istituto di Scienze Sociali « Cesare Alfieri » di Firenze, aos 18 de novembro de 1917.

2 [N. do T.] Trata-se, conforme registrado originalmente na nota precedente, de discurso inaugural quando da abertura do ano acadêmico de 1917-1918. Lido aos 18 de novembro de 1917 e subsequentemente publicado em sua versão original italiana como *Oltre Lo Stato* (Italia, 1918).

Preservou-se, quanto se pôde, a estrutura estilística original, em que despontam as inversões, os apostos e as subordinadas tipicamente romanianas, intensificadas pela inerente oralidade de suas conferências e discursos acadêmicos. Frequentes são também as alusões, implícitas ou não, sarcásticas ou menos, em seus escritos; o que se tentou manter qual a versão original. Após-se, quando necessário, nota explicativa, de responsabilidade do ora Tradutor, devidamente identificada como [N. do T.]. De responsabilidade do ora Tradutor são também as referências bibliográficas aqui apostas, inexistentes na versão original.

Confiou-se a presente tradução a Gianluca Buffone (Abrates), a quem agradeço, vez outra, a minuciosa, atenta, precisa e competente revisão técnica. Agradeço também a Arthur Barrêto, para além da gentileza, pelo auxílio no acesso à *Patrologiæ græcæ* e, não menos importante, pelo amparo com o *Sütterlinschrift* a propósito da nota sobre Friedrich Naumann. Agradeço, ainda, ao Professor Paulo Eduardo de Barros Veiga, não apenas pelos ensinamentos de latim e grego, mas pela generosa revisão da nota,

a partir do original, da citação latina atribuída a Santo Hipólito.

Por fim, ao Professor Alberto Romano, *emerito* de *Diritto Amministrativo* da *La Sapienza*, a quem se registra o faustoso afeto e gratidão, para além da gentil e disposta pessoa, pelas dúvidas esclarecidas, histórias compartilhadas e, sobretudo, pela cortesia afável em conceder os seus pessoais “ringraziamenti per l’attenzione che dà agli scritti del Nonno”; e, então, consentir generosamente com as pesquisas do ora Tradutor.

A propósito do exemplar original utilizado na presente tradução, pertinente e esclarecedora a dedicatória manuscrita ali constante. Em sua folha de rosto se lê “*p. ringraziamenti e ricambio di auguri*”, seguida da assinatura do autor. Em sua folha última, lê-se ainda: “*Ill. prof. Giuseppe Salvioli, via atrì 37, Napoli*”. Ou seja, trata-se de exemplar dedicado, em agradecimento e retribuição/renovação de congratulações, ao Ilustríssimo Professor Giuseppe Salvioli (Modena, 13/09/1857 – Napoli, 24/11/1928).

As influências teóricas de Salvioli no pensamento de Santi Romano são de todo evidentes. Após graduar-se em sua cidade natal, em 1878, vence o concurso de Professor *ordinario di storia del diritto italiano*, na Università di Palermo, *alma mater* em que, alguns anos mais tarde, se graduaria Santi Romano. Já em seu ano de ingresso, 1884, Salvioli ali profere um discurso de abertura do ano acadêmico intitulado *Il metodo storico nello studio del diritto civile italiano* que, nos precisos termos da *Treccani* “foi marcado pela polêmica com a escola histórica tedesca e os seus epígonos italianos, pela abordagem historicista e pela consciência social de uma cultura jurídica empenhada em liberar-se das próprias mitologias referenciais e a provocar a evolução de uma normativa contrastante com as novas exigências econômicas e sociais”. Em 1890 publica o seu não menos pertinente *manuale di storia del diritto italiano dalle invasioni germaniche ai nostri giorni*, o qual “reconstruía sinteticamente a história do direito a da cultura jurídica medieval e moderna sem negligenciar as reformas iluministas e o significativo histórico da Revolução Francesa, a partir de uma perspectiva de trama que, nas suas versões posteriores, seria progressivamente enriquecida com referências à realidade econômica e social, enrobustecendo-se também em eficácia didática, para além da própria perspectiva”. As suas experiências e escritos “socialistas” se refletem não apenas pela mediação de Sorel para a publicação afrancesada de *Le capitalisme dans le monde antique. Études sur l’histoire de l’économie Romaine, traduit sur le manuscrit italien par Alfred Bonnet*, a qual acaba por ser adjetivada por “Antonio Gramsci, em seu *lettere dal carcere*, como ‘um livro que ora pertencia à cultura europeia’”, mas e sobretudo — o que se reflete sobremaneira no presente texto — por, “consciente da progressiva marginalização da realidade siciliana, com o fracasso do projeto Florio (do qual ele participara ativamente) congregar em torno de um programa de desenvolvimento os expoentes da burguesia

mais dinâmica, Salvioli se transfere à Napoli (1903) onde, com Francesco Saverio Nitti, Napoleone Colajanni e o economista modenese Augusto Graziani, institui um grupo de trabalho e, no então maior *ateneo* italiano, relança um projeto de reformas institucionais e sociais destinado a colidir com a oposição do neoidealismo então nascente”.

Por fim, é, pois, significativo o endereço napolitano constante também do exemplar original. Trata-se do *Palazzo Acquaviva d'Atri*. Adquirido por Giulio Antonio Acquaviva (1428-1481) do então Galcerán de Requesens y Joan de Soler (1439-1505). Seu filho, Andrea Matteo III Acquaviva d'Aragona (1458-1529) não apenas edifica ali o *Palazzo*, mas após tê-lo feito, fá-lo frequentar enquanto local de encontro de intelectuais e afamados literatos italianos, a exemplo dos humanistas Giovanni Pontano (1429-1503) e Jacopo Sannazaro (1457-1530).

Cfr. Natale Vescio, ‘SALVIOLI, Giuseppe’, *Treccani - Dizionario Biografico Degli Italiani - Vol. 90* (Treccani, 2017) <<https://www.treccani.it/enciclopedia/giuseppe-salvioli>>.

- 3 Santi Romano (Palermo, 31 de janeiro de 1875 – Roma, 3 de novembro de 1947). Graduiu-se em 1896 pela Università di Palermo, *alma mater* na qual tivera como preceptor o juspublicista Vittorio Emanuele Orlando (1860-1952) e com quem compartilhava “uma formação eminentemente germânica e as referências como von Gierke e, sobretudo, Jellinek em prevalência a Laband e a von Gerber”. Logo após graduar-se, Santi Romano recebe já em 1898 a livre docência em Direito Administrativo. No ano seguinte se torna Professor de Direito Constitucional na Università di Camerino; em 1902, torna-se Professor *straordinario* de Direito Internacional na Università di Modena e, em 1905, assume ali também o Direito Constitucional. Em 1906 torna-se Professor *ordinario*. Em 1909, transfere-se para Pisa, quando assume a cátedra de Direito Constitucional, “pronunciando no início deste ano acadêmico o célebre discurso inaugural sobre *Lo Stato moderno e la sua crisi*”. Entre 1917 e 1921, integra o Conselho Superior da Instrução Pública, transferindo-se, em 1924, para Milão, então na titularidade da Cátedra de Direito Constitucional, na Statale di Milano; torna-se aí, entre 1927-1928, “*preside*” da Faculdade de Direito. Antes, porém, em 1925, é nomeado para a Comissão dos ‘dezoito’ ou “*dei Soloni*”, instituída para elaborar a reforma constitucional. É nomeado Presidente do *Consiglio di Stato*, onde permanece entre 1929-1944, período a partir do qual, pois, transfere-se à Roma. Então na La Sapienza, ocupa-se de Direito Administrativo e de Ciência da Administração, entre 1929-1931, e de Direito Constitucional, entre 1932-1942.

Os filhos, Silvio Romano (1907-2009), era Professor Emérito de Instituições de Direito Romano na Università di Torino, e o também jurista, Salvatore Romano (1904-1975), que herdara o nome do avô, lecionou Direito Civil na

Não seja considerado inadequado que, num momento histórico como o atual, no qual se poderia afirmar que toda manifestação da vida humana culmine e se concentre no Estado e para o Estado, eu divague, por um breve momento, num certo sentido, para muito além do próprio Estado.

Na verdade, não tenho qualquer intenção de desviar o olhar do espetáculo, que tão obstinadamente nos fascina, de tanta história que se desdobra diante dos nossos olhos consternados, a não ser para tornar a contemplá-lo a partir de um ponto de vista que nos permita uma visão a menos confusa e imprecisa possível.

Ninguém, certamente, encontra-se, agora, em condições de resolver o estarrecedor problema acerca do verdadeiro e inveterado significado desta guerra, combatida com uma força tão exasperada por um vastíssimo número de Estados: não apenas faltam-nos muitos elementos factuais para emitirmos um qualquer juízo sobre este ponto, mas nos falta acima de tudo o ânimo, ao qual se pediria em vão, e até

Università di Firenze. É, de Salvatore, o neto de Santi Romano, o também Professor Alberto Romano (1932), emerito di Diritto Amministrativo, na La Sapienza di Roma, para quem se reitera a gratidão no consentimento do presente trabalho e a gentileza afável enquanto pessoa.

Vide Aldo Sandulli, 'Romano, Santi', *Dizionario Biografico Dei Giuristi Italiani (XII-XX Secolo)/Diretto Da Italo Biondi [et Al.]* (Il Mulino, 2013), pp. 1728–31; Istituto Treccani, 'Enciclopedia Treccani Online' <<http://www.treccani.it/>>; Gaetano Armao, 'Santi Romano Protagonista Della Scuola Palermitana Di Diritto', *Nuove Autonomie*, 1 (2018), 47–62; Sabino Cassese, 'Ipotesi Sulla Formazione de "L'ordinamento Giuridico" Di Santi Romano', *Quaderni Fiorentini per La Storia Del Pensiero Giuridico Moderno*, I (1972), 243–83.

- 4 Professor Adjunto de Direito Público da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Ph.D. em Direito (Teoria e Storia del Diritto) pela Università Degli Studi di Firenze (Florença - Itália). Mestre em Direito (Teoria e História do Direito) pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5194-2554>; E-mail: felipe.pantelc@gmail.com

mesmo inoportunamente, a serenidade e a objetividade, as quais seriam, todavia, necessárias.

De modo que, em geral, conformamo-nos em constatar que alguns dos Estados beligerantes — os agressores e aqueles que se lhes uniram — afoguearam o terrível incêndio impelidos por desenfreadas aspirações de desmedido domínio e de prepotente expansão; que outros, ao contrário, estão combatendo tão somente pela necessidade de suas próprias defesas e de suas conservações; e que outros mais buscam apenas atender a particulares reivindicações nacionais que se lhes afloram urgentes e inexoráveis.

Explicações essas que, somadas a outras mais ou menos medíocres, poderão até ser verdadeiras, mas que certamente não representam senão e tão somente um lado da complexa questão; o lado mais simples, e, diga-se claramente, o mais banal. Por outro lado, aquilo a que aos espíritos mais investigativos interessaria saber, se o fosse possível, é como os atuais acontecimentos se reatam àquilo que, em uma concepção escatológica da história, poder-se-ia considerar sê-lo o seu fio condutor, ou seja, o delineamento da natureza ao qual ela se adscrive.

Mesmo que, como o dissemos, seja necessário renunciar, por ora e quem sabe por quanto tempo mais, a qualquer tentativa de escrutinar esse tal mistério, não será, entretanto, descabido nem sequer inútil evidenciar uma tendência, de caráter um tanto geral, que havia já se manifestado sob diferentes aspectos no período imediatamente precedente ao da guerra de 1914. É de todo provável que essa tendência tenha influenciado, em alguma medida, esta última: sobremaneira porquanto uma guerra universal não pode ser explicada tão somente a partir de causas particulares.

Mas, ainda que referida hipótese não tivesse fundamento algum de verdade, acredito que o argumento ao qual ora

faço alusão e que envolve uma série de graves problemas sociais e políticos poderia ainda nutrir um copioso interesse.

Nós estamos, desde há muito, acostumados a enxergar no Estado o máximo e último ponto de referência para tudo aquilo que concerne ao desenvolvimento da humanidade: uma espécie de Coluna de Hércules que, multiplicada em inúmeros exemplares, circunscreve o mar dentro do qual flutua a história.

De fato, pode-se afirmar tratar-se de um postulado, explícito ou subentendido, de muitas das concepções modernas, a tese que Kant acreditara tê-la demonstrado e segundo a qual a história da espécie humana, como um todo, pode ser considerada como a realização de um projeto secreto da natureza destinado a produzir uma constituição interna perfeita dos Estados.

E se compreende como, se conduzidos nesta direção e fizermos do Estado um ente ou o ente supremo, possa-se também justificar a interpretação quase literal daqueles pontos de vista para os quais o Estado seria, segundo Schelling, uma misteriosa emanção e revelação de Deus ou representaria, segundo Hegel, o ingresso de Deus no mundo, um quê de mundano-divino, aliás, um Deus real.

Ora, se o Estado é, em certo sentido, o absoluto, é, pois, lógica a consequência, que a deduzia o primeiro destes dois filósofos, que ele não tem uma percepção do Além e, portanto, de nada que seja exterior a si próprio, e menos ainda, conforme reiterava o outro, quer dizer, o Hegel, pode-se admitir que nada lhe seja superior.

As maiores ou, ao menos, as mais famigeradas rebeliões contra tais doutrinas, que, embora despojadas de suas vestes filosóficas originárias, subsistem sempre vivas e dominantes, não foram forcejadas senão em nome de um exagerado, por vezes estranho, e sempre estéril individualismo o qual, como aquele do Nietzsche, vê no Estado um ídolo infernal,

um monstrengo, o mais gélido de todos os monstros, um destruidor em cujo fenecimento ver-se-ia resplandecer o arco-íris.

Seja o que for, Deus ou Demônio, realidade concreta ou falso ídolo, salvação ou perdição, o Estado tornou-se o primeiro, senão o único ator no palco do mundo. Contudo, essa sua posição, não apenas na especulação filosófica, mas também na vida real, não representa talvez senão o resultado transitório de uma reação dupla e contrária àquelas tendências, tanto do individualismo como, vice-versa, do cosmopolitismo, as quais se dispõem mutuamente num contraste contínuo e cujo ponto de encontro ou de equilíbrio, sempre variável, é agora determinado pela hodierna estrutura estatal.

Se, entretanto, essa condição de coisas não fosse meramente contingente, mas possuísse um valor absoluto, se o Estado fosse o único termo possível da vida social, seguir-se-ia que toda e qualquer luta entre Estados não poderia ter outro significado senão o de uma luta de desenvolvimento e de expansão de uns, de conservação para os outros.

Se se traduzisse, ainda, para a realidade o assaz antigo e tão recorrente sonho de conferir à toda humanidade um regimento único, resultar-se-ia sempre e de qualquer forma um império universal, e mesmo este não seria capaz de ir além da forma de um Estado, ainda que composto por outros Estados subordinados.

A priori, porém, não se pode rejeitar que os Estados ou mesmo que apenas alguns deles, que se encontrem em determinadas condições, não devam, com o tempo, mais do que se desenvolverem, permanecerem, num certo sentido, integrados e quiçá absorvidos em organizações maiores que não aquelas organizações estatais propriamente ditas.

Aquela a que se tem denominado de crise do Estado

hodierno poderia ser não apenas aquele fenômeno, o qual tem sido frequentemente observado no seu interior, efeito de forças desagregadoras, que não convém aqui mencioná-las, mas também um fenômeno concernente às relações interestatais. Sobre este último aspecto de tal crise, como o fiz em outra ocasião semelhante para aquele primeiro⁵, será conveniente e salutar avaliar alguns encalços, que se poderiam aperceber, veremos com quanto fundamento, na especulação doutrinária e na vida concreta da política atual.

Kant — e não é por acaso que insisto na filosofia alemã —, que também conferiu ao Estado a absoluta concepção sobre a qual me referi, já observava que “todas as guerras são (certamente não na intenção dos homens, mas sim no desígnio da natureza) tantas tentativas no sentido de estabelecer novas relações entre os Estados”⁶.

5 [N. do T.] A referência de Santi Romano diz respeito ao seu “Discurso inaugural do ano acadêmico de 1909”, ao qual intitulou “*Lo Stato Moderno e la sua crisi*”. Para o leitor brasileiro, recomendamos uma sua tradução recentemente publicada ‘O Estado Moderno e a Sua Crise’, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 122 (2021), 13–44 <<https://doi.org/10.9732/2021.V122.886>> vertida do original italiano *Lo Stato Moderno e La Sua Crisi : Discorso per l'inaugurazione Dell'anno Accademico Nella R. Università Di Pisa / Letto Il 4 Novembre 1909 Dal Prof. Santi Romano* (Pisa: Tipografia Vannucchi, 1909).

6 No original: “Già il Kant — non a caso insisto sulla filosofia tedesca — il quale ebbe pure dello Stato l'assoluta concezione di cui ho fatto cenno, osservava che « tutte le guerre sono (non certo nell'intenzione degli uomini, bensì nel disegno della natura) tanti tentativi per stabilire tra gli Stati nuove relazioni »”

Acerca da alusão direta, embora não referenciada de modo preciso, acreditamos fortemente tratar-se de alusão ao escrito publicado por Kant em 1784. Sobre tal, permitimo-nos uma digressão mais detida na nota subsequente. De todo modo, os elementos nos permitem indicar, como fonte inspiradora, o escrito intitulado *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*. Lê-se, ali, nestes precisos termos: “Alle Kriege sind demnach so viel Versuche (zwar nicht in der Absicht der Menschen, aber doch in der Absicht der Natur), neue Verhältnisse der Staaten zu Stande zu bringen und durch Zerstörung, wenigstens Zerstückelung aller neue Körper zu bilden, die sich aber wieder entweder in sich selbst oder neben einander nicht erhalten können und

E, como é sabido, ele devaneava; cria que essas relações encontrassem finalmente o seu arranjo pacífico em um ordenamento cosmopolítico que seria qual a plântula a partir da qual todas as disposições originárias da espécie humana poderiam florescer. Tal ordenamento, e eis a particularidade teórica kantiana, deveria compelir os Estados a se colocarem numa situação que seria não a de um Estado cosmopolítico sujeito a um único soberano, mas numa condição jurídica de federação *sui generis*.

Quais as características que Kant atribuíra, com quaisquer oscilações cognitivas, a tal federação, não as indagaremos aqui. Evidencia-se tão somente que ela deveria transcender ao direito internacional comum, na medida em que acreditar que este último seja capaz de estabelecer um equilíbrio entre os/ dos Estados seria, conforme o seu famoso parágrafo⁷, uma quimera tal qual a casa de Swift, que havia

daher neue, ähnliche Revolutionen erleiden müssen;”.

Numa versão italianizada, porém, dos escritos de Kant, tem-se, de modo claro, naquele capítulo IV – *Idea per una storia universale dal punto di vista cosmopolitico* [1784], em sua *settima tesi* “*Il problema della instaurazione di una costituzione civile perfetta dipende dal problema di un rapporto esterno fra Stati secondo leggi e non può essere risolto senza quest’ultimo*, a seguinte versão traduzida: “*Tutte le guerre sono dunque altrettanti tentativi (non certo secondo il disegno degli uomini, bensì secondo quello della natura) di instaurare nuove relazioni fra gli Stati e, attraverso la distruzione o perlomeno lo smembramento dei vecchi corpi, di costruirne di nuovi, i quali a loro volta però non possono conservarsi né per se stessi né accanto agli altri, e devono quindi perciò subire analoghe rivoluzioni;*”.

É, pois, segundo cremos, tal a fonte inspiradora de Santi Romano.

Vide Immanuel; Kant and Filippo Gonnelli, *Scritti Di Storia, Politica e Diritto* (Roma-Bari: Laterza, 1995).

- 7 [N. do T.] O parágrafo kantiano ao qual faz alusão Santi Romano teve origem especificamente no embate travado a partir de 1792, quando Kant redige um seu ensaio em resposta à crítica levantada por Christian Garve (1742-1798), literato e filósofo nascido na então Prússia, em Breslavia (Wrocław, Polônia) e quem teria sido, segundo a *Treccani*, “um dos melhores representantes da filosofia popular do *Aufklärung*.”. Traduziu clássicos gregos e latinos, além

das obras dos maiores moralistas e economistas ingleses (Smith, Ferguson, Burke), aos quais, então, contribuiu para torná-los conhecidos. Foi Professor *straordinario* de lógica e matemática na Universidade de Leipzig.

A crítica de Garve, endereçada ao princípio moral kantiano, afirmava carecer o princípio formal da capacidade necessária para prover um motivo para a ação efetiva, de modo que seria relegado ao “falar comum”.

Em 1793, então, Kant publica no *Berlinische Monatsschrift* o ensaio intitulado “*Über den Gemeinspruch: Das mag in der Theorie richtig sein, taugt aber nicht für die Praxis*” — Sobre o ditado popular: isto pode ser verdade em teoria, mas é inútil na prática. O ensaio é dividido em três partes: I. *Von dem Verhältnis der Theorie zur Praxis in der Moral überhaupt* — Sobre a relação entre teoria e prática na moral em geral; II. *Vom Verhältnis der Theorie zur Praxis im Staatsrecht* — Da relação entre teoria e prática no Direito Constitucional; III. *Vom Verhältnis der Theorie zur Praxis im Völkerrecht in allgemein-philanthropischer, d.i. kosmopolitischer Absicht betrachtet (Gegen Moses Mendelssohn)* — Sobre a relação entre teoria e prática no Direito dos Povos considerada a partir de uma filantropia universal, quer dizer, um ponto de vista cosmopolita (contra Moses Mendelssohn).

Como se vê, a terceira parte é explicitamente endereçada “contra” Moses Mendelssohn (1729-1786), tedesco de origem hebraica nascido em Dessau; um filósofo, crítico, tradutor e comentarista da Bíblia que, segundo a *Brittanica*: “muito contribuiu para os esforços dos judeus para se assimilarem à *bourgeoise* tedesca” além de, a partir de seu próprio exemplo, demonstrar que era possível “combinar o judaísmo com o racionalismo do iluminismo. Ele foi, portanto, um dos principais iniciadores e fautores do *Haskala* (iluminismo judaico) e que ajudou a trazer os judeus para o *mainstream* da cultura europeia moderna.

É, pois, precisamente nesta terceira parte que emerge, da crítica à Moses Mendelssohn, o que viria a se tornar o “famoso parágrafo kantiano”.

Kant inicia reproduzindo a própria crítica de Moses, segundo quem “era da última opinião (Jerusalem, *zweiter Abschnitt*, S. 44 bis 47), opondo-se à hipótese de seu amigo Lessing acerca de uma instrução/educação divina da raça humana. É um sonho, para ele, ‘que o todo, toda a humanidade aqui embaixo, sempre avance e se aperfeiçoe no decorrer do tempo’. Vemos, diz ele, ‘que a raça humana como um todo emite pequenas vibrações, mas jamais conseguia dar alguns passos adiante sem, logo depois, retornar ao seu estado anterior com o dobro de velocidade’ (Esta é realmente a pedra de Sísifo [...]). Por fim, Moses apontaria que “Você [Kant] quer adivinhar quais propósitos a Providência tem para a humanidade? Não forje hipóteses.”.

Ao que se segue, então, a “resposta” kantiana:

“Discordo. [...] Poderei, portanto, supor que, uma vez que a raça humana

está constantemente avançando em relação à cultura enquanto seu propósito natural, ela acaba também por progredir para melhor no que diz respeito ao propósito moral de sua existência; e que isso é ocasionalmente interrompido, mas jamais será cessado. [...] Não é necessário que eu prove essa suposição; o oponente mesmo deve provar.”.

Após uma breve digressão, lê-se: “Essa esperança de tempos melhores, sem a qual um desejo sério de fazer algo benéfico ao bem comum nunca teria aquecido o coração humano, sempre influenciou o processo de pessoas bem pensantes, e o bom Mendelssohn deve ter contado com isso quando ele se esforçou tão zelosamente pelo esclarecimento e bem-estar da nação à qual pertencia”.

Em sua parte final, pois, segue o parágrafo entre “*balanço/equilíbrio do Poder na Europa*” e a “*casa de Swift*”:

“Em nenhum lugar a natureza humana parece menos amável do que nas relações de povos inteiros uns com os outros. Nenhum Estado está por um momento seguro dos demais, quer na sua independência, quer na sua propriedade. A forma de se subjugarem uns aos outros ou de diminuir o que pertence ao outro existe sempre, e o armamento para a defesa, que frequentemente torna a paz mais opressiva e mais destrutiva do bem-estar interno do que a própria guerra, nunca pode ser relaxada. Ora, não há outro remédio possível para isto senão um direito das nações, baseado em leis públicas acompanhadas de poder a que cada Estado teria de se submeter (por analogia com o direito civil, ou o direito de um Estado, entre indivíduos); pois, uma paz universal duradoura, por meio do assim chamado *equilíbrio de poder na Europa*, é uma mera fantasia/quimera, tal qual a casa de Swift, que foi construída por um mestre construtor tão perfeitamente de acordo com todas as leis do equilíbrio que, assim que um pardal nela pousou, imediatamente ela ruiu. Mas, dir-se-á, os Estados nunca se submeterão a leis coercivas deste tipo; e uma proposta para um estado universal de nações a cujo poder todos os Estados individuais se deveriam acomodar voluntariamente de modo a obedecerem às suas leis — por melhor que seja a teoria de um Abade Saint-Pierre ou de um Rousseau — ainda não se mantém na prática; e por isso tem sido sempre ridicularizada por grandes estadistas, e ainda mais por chefes de Estado, como uma ideia acadêmica e infantil que emerge das escolas.”.

Conclui, por fim, avocando Sêneca: “*fata volentem ducunt, nolentem trahunt*”. Neste último caso também se leva em conta a natureza humana: na qual o respeito pelo direito e pelo dever ainda está vivo, não posso nem quero considerar tão imerso no mal que a razão moral prática não deveria, após muitas tentativas fracassadas, triunfar finalmente sobre o mal e apresentar a natureza humana como afinal adorável. Assim, também a nível cosmopolita, isso pode ser mantido: o que, por razões racionais,

aplica-se à teoria, aplica-se também à prática.”.

Transcrevemos, para os fins adstritos ao texto de Santi Romano, tão somente o original aludido, ou seja, acerca da casa de Swift. Nestes precisos termos: *“Die menschliche Natur erscheint nirgend weniger liebenswürdig, als im Verhältnisse ganzer Völker gegen einander. Kein Staat ist gegen den andern wegen seiner Selbständigkeit, oder seines Eigentums, einen Augenblick gesichert. Der Wille, einander zu unterjochen, oder an dem Seinen zu schmälern, ist jederzeit da; und die Rüstung zur Verteidigung, die den Frieden oft noch drückender und für die innere Wohlfahrt zerstörender macht, als selbst den Krieg, darf nie nachlassen. Nun ist hierwider kein anderes Mittel, als ein auf öffentliche mit Macht begleitete Gesetze, denen sich jeder Staat unterwerfen müßte, gegründetes Völkerrecht (nach der Analogie eines, bürgerlichen oder Staatsrechts[171] einzelner Menschen) möglich; – denn ein daurender allgemeiner Friede, durch die so genannte Balance der Mächte in Europa ist, wie Swifts Haus, welches von einem Baumeister so vollkommen nach allen Gesetzen des Gleichgewichts erbauet war, daß, als sich ein Sperling drauf setzte, es so fort einfel, ein bloßes Hirngespinnst. – »Aber solchen Zwangsgesetzen, wird man sagen, werden sich Staaten doch nie unterwerfen; und der Vorschlag zu einem allgemeinen Völkerstaat, unter dessen Gewalt sich alle einzelne Staaten freiwillig bequemen sollen, um seinen Gesetzen zu gehorchen, mag in der Theorie eines Abt von St. Pierre, oder eines Rousseau, noch so artig klingen, so gilt er doch nicht für die Praxis: wie er denn auch von großen Staatsmännern, mehr aber noch von Staatsoberhäuptern, als eine pedantisch-kindische aus der Schule hervorgetretene Idee, jederzeit ist verlacht worden.« ”.*

A propósito da máxima de Sêneca *“fata volentem ducunt, nolentem trahunt”*, em seu *L'Ape Latina*, o bibliógrafo, bibliotecário e erudito fiorentino Giuseppe Fumagalli (Firenze, 1863-1939), esclarece por meio do verbete 591: *“I fati guidano chi li segue di buona voglia, trascinanogli altri”* ou “os fatos guiam quem os segue de bom grado, arrasta aos demais”. Vide Giuseppe Fumagalli, *L'ape Latina : Dizionario Di 2948 Sentenze, Proverbi, Motti, Divise, Frasi e Locuzioni Latine, Ecc / Raccolte, Tradotte e Annotate Da Giuseppe Fumagalli*, 2nd edn (Milano: Ulrico Hoepli, 1936), fol. 591; p. 70.

Cfr. Immanuel Kant, *Über Den Gemeinspruch: Das Mag in Der Theorie Richtig Sein, Taugt Aber Nicht Für Die Praxis*, 4 Auflage (Berliner Ausgabe: Holzinger, 2016); Immanuel Kant, *Über Den Gemeinspruch: Das Mag in Der Theorie Richtig Sein, Taugt Aber Nicht Für Die Praxis; Zum Ewigen Frieden; Ein Philosophischer Entwurf Mit Einleitung Und Anmerkungen*, Bibliographie Und Registern Kritisch Herausgegeben von Heiner F. Klemme, ed. by Heiner F. Klemme (Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1992).

Vide, ainda, Giovanni Vittorio Amoretti, ‘GARVE, Christian’, *Treccani - Enciclopedia Italiana* (Treccani, 1932) <<https://www.treccani.it/>>; ‘Moses Mendelssohn’, *Encyclopedia Britannica*, 2022 <<https://www.britannica.com/biography/Moses-Mendelssohn>>.

sido construída por um arquiteto conforme todas as leis do equilíbrio, com tamanha perfeição que, assim que se lhe pousasse um pássaro, ela ruía.⁸

8 [N. do T.] Uma digressão literária e não menos crítica, porém, faz-se, assim o cremos, de todo pertinente. Para tanto, faz-se necessário despir-se, talvez, da prudência necessária ou, melhor, assumir a atuação de um espírito mais “imaginoso”, mas não por isso incoerente. Ressalta-se, nesse sentido, do alto de seu brilhantismo, o trabalho intelectual realizado pelo Professor Hans Reiss (1922-2020), Professor *Emeritus of German*, na *University of Bristol* e cuja vida fora dedicada ao estudo literário e artístico de personagens como Goethe, Kant e o “pensamento político dos românticos alemães”.

Na obra por ele organizada, editada e comentada “*Kant, Political Writings*”, o Professor Reiss se propõe, dentre outras coisas, a traçar a origem daquelas que seriam essas alusões implícitas, no caso, nas obras de Kant. Especificamente em relação ao ensaio acima analisado, o Professor Heiss identifica Eneida, Hobbes, Gottfried Achenwall, Georges Jacques Danton, dentre outros. Heiss aponta, ainda, aquela que entende como incorreção na citação kantiana sobre Sêneca, nestes termos “*Kant’s quotation is in incorrect word order. It should run: Ducunt volentem fata, nolentem trahunt (The fates lead him who is willing, but drag him who is unwilling)*”, Sêneca, Epistle 107, II.

Ao analisar, porém, especificamente a passagem acerca da “Casa de Swift”, o Professor Heiss, prudente e humildemente, registra à pg. 276: “note 23: p. 92. *I have been unable to trace this quotation*”. É, porém, o mesmíssimo zelo do Professor Heiss que nos fornece os elementos segundo os quais acreditamos poder, não sem um risco, irmos além. Ao comentar algumas das referências mencionadas por Kant, agora em seu *Perpetual Peace: a philosophical sketch*, o Professor Heiss identifica, naquela que seria a nota 8: “p. 102. Kant alludes to the following passage, which he does not render accurately, from Swift’s *Tale of a Tub* (Prose Works of Jonathan Swift, Bohn Library, edition I (London, 1900), 55): ‘Wisdom is a hen, whose cackling we must value and consider, because it is attended with an egg; but then lastly, it is a nut, which, unless you choose with judgement, may cost you a tooth, and pay with nothing, but a worm.’”.

Em sua versão “inglesa”, Kant escreve: “*If this means that the best administered government is the best administered, he has cracked a nut (as Swift puts it) and been rewarded with a worm.*” (pg.102).

E, de fato, tal qual mencionado por Kant — e replicado por quem o leu —, não encontramos algo precisamente próximo do original: “*durch die so genannte Balance der Mächte in Europa ist, wie Swifts Haus, welches von einem Baumeister so vollkommen nach allen Gesetzen des Gleichgewichts erbauet war, daß, als sich ein Sperling drauf setzte, es so fort einfiel, ein bloßes Hirngespinnst*”, porém, e aqui começamos as divagações nossas, cremos fortemente que a alusão se refere à obra mestra de Jonathan Swift.

In thesi, seria razoável que os Estados individuais se

De que se trata especificamente do escritor, poeta e padre anglicano Jonathan Swift, não se pode precisar. Há, porém, além da menção do Professor Heiss em escritos outros de Kant, a lógica que ora passamos a expor.

Jonathan Swift, pseudônimo de Isaac Bickerstaff (1667-1745), nascido irlandês, destacou-se, dentre outros, não apenas por seus contos, *A tale of a Tub* e.g., mas também e sobretudo por seus escritos políticos, dentre os quais se destaca um que fora publicado, de forma anônima, em 1704, o *Discourse of the Contests and Dissensions between the Nobles and the Commons in Athens and Rome*, e no qual, sempre segundo a *Britannica* “Swift defendeu o ‘equilíbrio constitucional de poder’ Inglês entre a monarquia e as duas casas do Parlamento enquanto um *bulwark* [barricada, entrincheiramento ou, nos termos do Merriam-Webster, “a solid wall-like structure raised for defense; a Strong support or protection] contra a tirania. Argumento que remeteria, ao menos inicialmente, ao contexto do equilíbrio de poder entre os Estados Europeus.

Ocorre que Jonathan Swift tornou-se vulgarmente conhecido não tanto por tais obras, mas sobretudo por aquela sua que viria a se tornar um clássico da literatura mundial: *Gulliver's Travels*, ou As Viagens de Gulliver, que fora publicada inicialmente em 1726.

É, pois, na sátira literária que cremos repousar a referência crítica de Kant. Não tanto pela precisão da citação que, conforme registrado, carece. Mas há, nas Viagens de Gulliver — reforce-se tratar de uma ficção, quimera, pois — ao menos uma passagem explícita que remete a tal alusão kantiana, e, mais, todo o contexto de fundo da narrativa que parece se encaixar perfeitamente na crítica ora levantada.

De forma imediata, a passagem do conto de Swift a que cremos reportar-se a alusão seria: “We came at length to the house, which was indeed a noble structure, built according to the best rules of ancient architecture.” (p. 181) e, no capítulo seguinte: “There was a most ingenious architect, who had contrived a new method for building houses, by beginning at the roof, and working downward to the foundation; which he justified to me, by the like practice of those two prudent insects, the bee and the spider.” (p. 185).

Quanto à digressão de fundo, porém: precisamente na parte III do conto de Swift, em que Gulliver, após ser feito prisioneiro por piratas, acaba por viajar para Laputa, Balnibarbi, Luggnagg, Glubbudubdrib e, por fim, Japão, é que se desenvolve o que se segue.

Ao chegar em Laputa, Gulliver estranha imediatamente a população dali. Não tanto por se tratar de “uma raça de homens tão diferentes, com as cabeças inclinadas ou para a esquerda ou para a direita, um dos olhos virado para dentro e o outro virado para o ponto mais alto do céu”, mas

unissessem para constituírem um “Estado de nações”, a ver-

sobretudo por portarem, todos eles, varas (pedaços de pau) nas quais eram amarradas, em suas pontas, bexigas com pequenas quantidades de ervilhas secas ou pedrinhas de forma a “com essas bexigas, eles batiam, de quando em quando, na boca e nos ouvidos dos que estavam perto deles. [...] Parece que as mentes dessas pessoas estavam a tal ponto mergulhadas em suas próprias investigações profundas que elas não podiam falar nem mesmo prestar atenção na fala dos outros se não fossem despertadas por um toque/contato externo sobre os órgãos da fala e da audição [*that they neither can speak nor attend to the discourses of others without being roused by some external taction upon the organs of speech and hearing*].

Ao ser levado para o Palácio, “vi o rei sentado em seu trono, cercado por pessoas da nobreza. Diante do trono, havia uma grande mesa cheia de globos, esferas e instrumentos matemáticos de todo tipo. Vossa Majestade não notara a nossa presença, embora nossa entrada não tivesse sido em nada silenciosa. É que o rei estava absorto num problema de matemática. Nós tivemos de esperar uma hora, pelo menos, até ele ser capaz de resolvê-lo. Ao lado dele, estavam dois pajens, com abanos nas mãos. Quando viram que ele estava sem fazer nada, um deles lhe bateu suavemente na boca e o outro em seu ouvido direito. Com isso, estremeceu como quem acorda de repente e, olhando para nós, lembrou o motivo de nossa vinda. Falou algumas palavras. Nisso, imediatamente um jovem, com um abano, veio para o meu lado e me “tocou” suavemente o ouvido direito. Fiz sinais para dar a entender que não precisava daquele instrumento. Isso deu a Vossa Majestade e a toda a corte uma opinião muito ruim a respeito da minha inteligência”.

Após não conseguir estabelecer diálogo (entendimento) com o rei e com nenhuma outra pessoa dali, ele é levado para um aposento. Começam, aqui, alguns indícios da estreiteza singular do povo.

“Toda a comida tinha a forma de figuras geométricas ou de instrumentos musicais”, do carneiro cortado em triângulo equilátero a dois patos em formato de violino, do bife cortado em formato quadrilátero ao pão cortado por meio de cones, cilindros, paralelogramas e várias outras figuras matemáticas”.

“O alfaiate [enviado pelo rei por achar que Gulliver se vestia mal] mediu a minha altura e, então, com régua e compasso, anotou as dimensões do meu corpo. Em seis dias trouxe as minhas roupas, muito mal feitas e num formato errado: é que ele errara num cálculo. Meu consolo era que tais incidentes eram muito comuns e ninguém se importava”.

“Quando, por exemplo, elogiavam a beleza de uma mulher, descreviam-na por meio de quadriláteros, círculos, paralelogramas, elipses e outros termos geométricos ou pelo vocabulário musical”.

dadeira “*civitas gentium*”; mas exatamente na medida em

“Suas casas são muito mal construídas, com paredes desalinhadas e nenhum ângulo reto em aposento algum. É que desprezam a geometria prática, considerada vulgar. As instruções que dão aos trabalhadores são refinadas demais, o que sempre é causa de erros. Eram bastante hábeis diante de uma folha de papel, manejando a régua, o lápis e o compasso. Nas ações do dia-a-dia, porém, e no modo de vida, nunca vi povo mais desajeitado, desastrado e inábil. Além disso, raciocinavam devagar e confusamente sobre tudo, exceto quando se tratava de matemática e música. Imaginação, fantasia, criatividade são totalmente estranhas a eles e nem sequer possuem palavras em sua língua para expressar tais ideias. Aquelas duas ciências tornam estreitos seus pensamentos e suas mentes”.

Após compreender a língua, que seguia naturalmente uma lógica matemática, Gulliver consegue dialogar minimamente com os populares. Porém, ainda assim, “Vossa Majestade não demonstrou o menor interesse em me indagar sobre as leis, o governo, a história, a religião ou os costumes dos países em que eu estivera. Restringiu suas perguntas ao estado em que se encontravam as matemáticas. Ouviu, com desprezo e indiferença, o relato que lhe fiz”.

Disso, após ficar entediado com a “idiossincrasia” daquele povo, decide deixar a ilha. É quando, então, transportado a Balnibarbi, chega à metrópole, Lagado. (Capítulo IV da parte III).

Gulliver é encaminhado para a companhia de um senhor específico.

“Havia um grande senhor na corte, parente próximo do rei e, só por esse motivo, tratado com respeito. Era considerado por todos como a pessoa mais ignorante e estúpida entre eles. Prestara muitos serviços relevantes para a coroa, era íntegro e honrado. Mas tinha um ouvido tão ruim para a música que seus inimigos diziam que ele muitas vezes marcara o compasso na hora errada. Seus professores não conseguiam ensinar-lhe sem muita dificuldade o princípio matemático mais fácil.”. É, pois, precisamente este mesmo senhor, relegado, quem se interessa pelos conhecimentos gerais e com quem consegue estabelecer, saudavelmente, um diálogo. Este mesmo senhor leva-o à sua casa de campo, local em que Gulliver percebe, pois, a diferença com o restante da população. O senhor lamenta-se de que “os outros me ridicularizam e desprezam por eu não administrar melhor os meus negócios e dar tão mau exemplo ao reino. Agem como eu uns poucos mais, velhos, teimosos e fracos, como eu”.

Chegam, pois, à casa de campo deste senhor relegado (por sua estupidez) em relação a todos os demais.

“Chegamos, finalmente, à casa. Era uma nobre construção, de acordo com as melhores regras da antiga arquitetura. As fontes, jardins, passeios, caminhos e bosques estavam todos dispostos com bom gosto. Elogiei,

como merecia, cada coisa que eu via. Só depois do almoço, porém, quando ficamos a sós, pareceu notar o que eu dizia. Disse-me com ar melancólico: — Acho que terei de derrubar minhas casas na cidade e no campo e reconstruí-las de acordo com a moda atual. E também destruir todas as plantações e iniciar outras utilizando os métodos de hoje. Se não fizer isso, vão me acusar de orgulho, excentricidade, afetação, ignorância e teimosia. O rei vai ficar mais aborrecido ainda comigo”.

Disso se segue, por fim, a parte conclusiva. O Senhor passa a explicar a Gulliver como, pois, haviam chegado àquela situação:

“— Há uns quarenta anos atrás, algumas pessoas foram para Laputa, a negócios ou a passeio. Depois de cinco meses, voltaram com leves conhecimentos de matemática, mas com a cabeça cheia de vento, adquirido naquelas regiões aéreas. Começaram a não gostar do modo como se administravam as coisas aqui embaixo e planejaram remodelar todas as artes, ciências, línguas e técnicas. Para isso, fundaram uma academia de projetistas em Lagado. Atualmente, não há uma cidade em todo o reino que não tenha a sua. Nessas associações, os professores inventam novas regras e métodos de agricultura e construção e novos instrumentos e ferramentas.”.

O senhor, então, explica o motivo aparente não apenas de ser relegado, mas segundo o qual a sua casa, diferente de todas as demais que estavam em ruínas, era bem “arquitetada”:

“Eu, porém, não tenho espírito empreendedor. Contento-me em seguir os velhos hábitos, viver nas casas que meus ancestrais construíram e agir como eles, sem inovar. Alguns poucos outros têm feito o mesmo, mas somos vistos com desprezo e má vontade. Consideram-nos inimigos da arte, ignorantes e prejudiciais à comunidade, como se preferíssemos nosso próprio bem-estar e a nossa preguiça ao progresso geral do país. Mas não o privarei do prazer de uma visita à academia.”.

Gulliver, então, curioso, se dirige à tal famosa academia que concentra a intelectualidade local e passa a descrevê-la, o que ocorre no Capítulo V.

“Essa academia não é um único edifício, mas um conjunto de várias casas de ambos os lados de uma rua. [...] Cada sala tinha um ou mais projetistas e, creio, não eram menos de quinhentas salas.”.

A primeira sala visitada era ocupada por um projetista que “estava há oito anos trabalhando num projeto para extrair raios solares de pepinos”. A segunda, que exalava um odor terrível, era ocupada pelo “estudioso mais antigo da academia” e sua tarefa “desde que chegara à academia, era conseguir transformar excremento humano na comida que lhe dera origem. Recebia da sociedade uma doação semanal: uma vasilha cheia de excremento humano, do tamanho de um barril.”. A terceira sala era ocupada por alguém que se empenhava em “transformar gelo em pólvora”.

que eles, não propensos a renunciarem às suas liberdades,

E, naquilo que nos interessa, nesta nossa não curta digressão:

“Havia, também, um arquiteto engenhoso. Inventara um novo método de construir casas, começando pelo telhado e, depois, trabalhando na parte de baixo até os alicerces. Justificou-se dizendo-me que era assim que faziam insetos prudentes como a abelha e a aranha.”.

Por fim, ilustrativo que, no segundo setor de tal academia, destinada aos estudos abstratos, Gulliver narra a forma pela qual o conhecimento que aquele povo mais valoriza é, pelo mestre, ensinada aos seus pupilos:

“Estive na escola de matemática, onde o mestre ensinava seus alunos com um método muito diferente do nosso. Os teoremas matemáticos e suas demonstrações são escritos sobre uma pasta fina, com tintura cefálica. O estudante deve engoli-la em jejum e nos três dias seguintes só comer pão e água. Quando a pasta é digerida, a tintura sobe ao cérebro, levando teoremas. Mas até o momento o sucesso não foi o que se esperava. Em parte, isso é devido a algum erro na composição, em parte pela malandragem dos meninos. É que esse bolo lhes parece tão repugnante que, geralmente, fingem comer e o cospem fora antes que possa fazer efeito. Não se conseguiu convencê-los, também, a ficar em jejum por tão longo tempo.”.

Em conclusão.

Cremos, embora necessário um esforço porventura forçoso, tratar-se a alusão de Kant e, por conseguinte, de Santi Romano, à crítica implícita no conto de Jonathan Swift, *Gulliver's Travels* em que, naturalmente, todo um povo “fundado sobre a matemática” e envolto em suas próprias introspecções individuais acaba por, na prática, fracassar em aplicá-la. O que, aliás, seria um exercício simples, a aplicação do conhecimento teórico, torna-se, como visto, desastroso na medida em que, embora seguindo todas as leis mais precisas do conhecimento matemático, não só as casas estão todas em ruínas — excetuada a do Senhor que é considerado, pelos demais, estúpido, e, portanto, relegado — como, ainda mais, o sábio projetista que desenvolve a técnica de construção das casas a partir do telhado; uma quimera, pois. A propósito do Senhor, relegado, salutar reforçar o trecho final do original kantiano em que, após mencionar Abade Saint-Pierre e Rousseau, assevera “e por isso tem sido sempre ridicularizada por grandes estadistas, e ainda mais por chefes de Estado, como uma ideia infantil que emerge das escolas”.

Tal divagação se nos é reforçada, talvez e particularmente, se se considerar não apenas o título do ensaio kantiano, mas e sobretudo o fato de que, uma vez endereçado inicialmente ao filósofo Christian Garve, recordarmo-nos de que ele, enquanto Professor extraordinário na Universidade de Leipzig, ensinava lógica e matemática, além de integrar os quadros de uma loja maçônica, naturalmente “iluminada”, cujo nome era *“Friedrich zum goldenen*

rejeitam, *in hypothesis*, tal engendro, tudo o que lhe resta é

Zepter”, afinal, “isto pode ser verdade em teoria, mas é inútil na prática(!)”.

Não se pode, por fim, concluir esta digressão sem se mencionar, a propósito, memória que nos emerge de todo evidente, dado o contexto acima. E o fazemos não apenas pela genialidade criativa literária, crítica e sarcástica — que não menos os relegara à malsinação política e social da época, sobretudo pelos ditos “intelectuais” e, em específico, pelos juristas, —, mas sobretudo por guardar, as críticas literárias daqui, estreita correlação com a crítica que acima acreditamos esclarecer.

A primeira, constante dos “commentarios da semana” publicados aos 29 de dezembro de 1861, no Diário do Rio de Janeiro, é assinada por M. A., ou seja, o nosso Machado de Assis que assim se posiciona:

“Contava-se, portanto, que o governo ia estudar mais profundamente a situação e as necessidades, e que não appellaria para os creditos supplementares, tão de fresco condemnados por um governo que nada tem de sympathico ás constituições, e que procedeu como não procedem os governos constitucionaes. Contava-se mal. E a prova é que, ou por convicção da necessidade do credito, ou por pirraça (expressão novissimamente introduzida no vocabulario politico pelo Sr. Sergio), appareceu hontem na folha official um decreto abrindo um credito extraordinario de setecentos contos. Queria o governo com o seu acto contrariar o memorial Fould, fazendo crer que nos creditos supplementares é que está o ideal financeiro, e que só nelles repousam a paz publica e a felicidade nacional? Aqui hão de me perdoar. *De um acto do nosso governo só a China poderá tirar lição. Não é desprezo pelo que é nosso, não é desdem pelo meu paiz. O paiz real, esse é bom, revela os melhores instinctos; mas o paiz official, esse é caricato e burlesco. A satyra de Swift nas suas engenhosas viagens cabe-nos perfeitamente. No que respeita á politica nada temos a invejar ao reino de Liliput.*” (grifo nosso).

A segunda, de forma não distinta, não menos sarcástica e literária, é aquela constante, quiçá desse *paiz official*, não menos quimérico e burlesco, da publicação de 1922 e à qual se denomina, o país, *Bruzundanga*.

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), O Lima Barreto, faz precisamente esta mesma alusão. Embora o mencione de forma clara, o faz de forma não menos brilhante e genial. Nesse sentido, precisamente naquele seu capítulo VIII, “A Constituição”, Lima Barreto, ao narrar a forma como se desnovelou o que seria a Constituinte da Bruzundanga, escreve já em seu primeiro parágrafo: “Os militares do Exercito, iniciados nas sete sciencias do Pythagoras de Montpellier, — criticavam-na da seguinte forma: «Qual! Esta constituição não presta! Os que a fizeram não sabiam nem arithmetica; como podiam decidir em sociologia?»”.

Após o que, reunidos e concentrados “trez summidades: Felicio, Gracindo e Pelino, todos eles – *ben* – qualquer cousa”, o “debate” se resume à questão:

substituir a ideia positiva de uma “república universal” pelo sucedâneo negativo de uma liga fundada sobre a ideia de um direito cosmopolítico.

Schelling, alguns anos depois e num sentido não muito

“— Qual a constituição que devemos imitar?”.

E se segue um longo discurso que perpassa, aliás, os “locais visitados por Gulliver”:

“— Façamos a Constituição aos modos da de Liliput, fez Felício. [...] Então ao geito [sic] de Brobdingnag, o paiz dos gigantes [...] Quando Gulliver lá esteve (creio que os senhores se lembram disso), figurou como um verdadeiro brinquedo. Ninguém o levava a serio como homem; era, antes, um boneco que dormia com as moças e tinha outras intimidades que, se não foram contadas, podem ser adivinhadas. A população da Bruzundanga, tirante um attributo ou outro, não era composta de pessoas diferentes do Dr. Gulliver; eram minusculos bonecos, portanto, que queriam possuir uma Constituição de gigantes”.

Espirituosos e sagazes gênios literários, pois!

Cfr. Jonathan Swift, *Travels into Several Remote Nations of the World by Lemuel Gulliver, First a Surgeon, and Then a Captain of Several Ships. Prefixed Which Several Copies of Verses Explanatory and Commendatory, Never before Printed.*, 2nd edn (London: Benj. Motte, 1727).

Cfr., ainda, Machado de Assis, ‘Commentarios Da Semana. Rio, 29 de Dezembro. Creditos Extraordinarios. - Scoevola. - O Sr. Penna Em Missão. - Cinna. - O Anno Novo.’, *Diario Do Rio de Janeiro: Folha Politica, Litteraria e Commercial* (Rio de Janeiro, 29 December 1861) <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>; Lima Barreto, *Os Bruzundangas*, 1st edn (Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1922), fol. 79 et seq. “non-dropping-particle”:“”, “parse-names”:false, “suffix”:“”}”, “container-title”: “Diario do Rio de Janeiro: folha politica, litteraria e commercial”, “id”: “ITEM-1”, “issued”: {“date-parts”: [“1861”, “12”, “29”]}}, “note”: “Contava-se, portanto, que o governo ia estudar mais profundamente a situação e as necessidades, e que não apelaria para os creditos supplementares, tão de fresco condemnados por um governo que nada tem de sympathico ás constituições, e que procedeu como não procedem os governos constitucionaes.”\n\nContava-se mal. E a prova é que, ou por convicção da necessidade do credito, ou por pirraça (expressão novissimamente introduzida no vocabulario politico pelo Sr. Sergio

Vide, por fim, Immanuel Kant, *Political Writings: Edited with an Introduction and Notes by Hans Reiss (Professor Emeritus of German, University of Bristol)*, ed. by Hans Reiss, trans. by H. B. Nisbet, 2 enlarged (Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1991).

desconforme, afirmava a necessidade de uma organização que perpassasse o Estado individual, de uma federação de todos os Estados que garantissem uns aos outros a sua constituição, e, por conseguinte, de uma “instituição universal do direito”.

Esta última deveria ser o desfecho da plena evolução da natureza e assinalaria o início do terceiro período da história: aquele no qual, o que nos dois períodos precedentes teria aflorado como destino ou como natureza, desenvolver-se-ia e revelar-se-ia enquanto providência; aquele período que não se sabe precisar quando começará, mas no qual, se há de ser, então, “sê-lo-á também Deus”⁹.

9 [N. do T.] No original: « *sarà anche Dio* » que, numa sua tradução literal, significaria “será também Deus”. Uma possibilidade alternativa à tradução seria “ter-se-á também Deus”. A construção sintática, porém, do original “[...] *quello in cui ciò che nei due periodi anteriori sarebbe apparso come destino o come natura si svilupperebbe e rivelerebbe come provvidenza, quel periodo che non si sa quando comincerà, ma nel quale, se sarà, allora « sarà anche Dio »*”. Numa tradução literal: “[...] se será, então « será também Deus »”. Adaptamos.

Embora Santi Romano não especifique a origem ou a autoria, acreditamos fortemente tratar-se de alusão ao sermão que compõe a segunda leitura do ofício das leituras da véspera do batismo de Cristo. Trata-se, pois, segundo cremos, do *Discorso sull'Epifania* “atribuído” à Sant’Ippólito e intitulado *L'acqua e lo Spirito*, ou A água e o Espírito, que, numa sua referência imediata, é: *Dal «Discorso sull'Epifania» attribuito a sant'Ippólito, sacerdote (Nn. 2. 6-8. 10; PG 10, 854. 858-859. 862), L'acqua e lo Spirito*.

De forma mais imediata, é da *Patrologiæ græcæ tomus X* que se verifica o *Sermo in Sancta Theophania* atribuído à Sancti Hippolyti, episcopi et martyris e, pois, lê-se à pg. 859, em seu §VIII: “*Si igitur homo factus immortalis est, Deus etiam erit*” ou seja, “Se, pois, o homem é feito imortal, então Deus será”.

Necessária se nos parece uma digressão.

Apesar de não se poder precisar, de fato, a fonte inspiradora de Santi Romano, e, ainda, muito embora a similitude inafastável das ‘orações’, deve-se pontuar também que a própria autoria do texto primeiro à Sant’Ippólito é por si só precária, uma vez que se trataria de uma pseudépigrafe; de todo modo, seguimos adiante. Acerca de Santo Hipólito, ou seja, Ippólito di Roma, Hippolytus Romanus, (170-235?), a própria *Treccani*, nos fornece os elementos de tal, e de outras imprecisões, é dizer: “teólogo e escritor sobre

o qual todas as fontes antigas demonstram-se de todo incertas. Segundo a reconstrução tradicional, de cultura grega, talvez um discípulo de S. Ireneo, expoente da teologia del *Logos*, provavelmente em contato com a corte imperial dos Severi, foi, em Roma, um adversário decidido do papa Callisto, contra o qual se dispôs como antipapa; oposição mantida também em relação aos sucessivos pontífices Urbano I (222) e Ponziano (230). Deportado para a Sardenha por *Massimino il Trace* (235), com o papa Ponziano (com quem se reconciliou), morrerá mártir. O seu corpo foi deposto aos 13 de agosto no cemitério da Via Tiburtina, que leva seu nome, no mesmo dia em que o corpo do papa era deposto no cemitério de Callisto.

Feitas tais ressalvas e retomando, pois, o *Sermo in Sancta Theophania*, precisamente naquela sua parte específica em que cremos ter se inspirado Santi Romano, é dizer, o §VIII do *Lacqua e lo Spirito*, transcrevemos, numa tradução de todo livre, a integralidade do parágrafo:

“VIII. Mas, vos suplico, prestem muita atenção em mim, pois desejo regressar à fonte da vida e contemplar a fonte da qual jorram todas as mezinhas. O Pai da imortalidade enviou ao mundo o Filho imortal e também o Verbo, que veio aos homens para banhá-los com a água e com o Espírito; e para regenerá-los à incorruptibilidade da alma e do corpo; assoprou-nos em nós o Espírito da vida e nos revestira com a armadura incorruptível. Assim, se o homem foi feito imortal, ele será também Deus. Certamente, se se faz Deus pela água e pelo Espírito Santo, a partir da regeneração do banho, também se descobrirá, após a ressurreição dos mortos, ser coerdeiro de Cristo. Portanto, eu proclamo enquanto um arauto: Vinde, tribos e povos todos, à imortalidade do batismo. A vós, que sois versados na escuridão da ignorância, anuncio uma vida sob favorável auspício. Vinde, da servidão para a liberdade; da tirania, para a realeza; da corrupção, para a incorruptibilidade. E como — pergunta ele — iremos? De que modo? Pela água e pelo Espírito Santo. Esta é a água unida ao Espírito, com a qual o paraíso é regado, a terra cresce abundante, as plantas florescem, os animais procriam; e também para que eu possa abraçar todas as coisas em compêndio, por ela o homem regenerado restitui a vida, com ela, Cristo foi batizado, nela o Espírito Santo desceu sob a aparência de uma pomba”.

Em sua versão original:

“Sed mentem, quæso, mihi accurate intendite : volo enim recurrere ad fontem vitæ, et fontem medelas scaturientem contemplari. Pater immortalitatis immortalem Filium ac Verbum in mundum misit, qui venit ad homines loturus eos aqua et Spiritu : et regeneraturus ad animæ corporisque incorruptibilitatem, inspiravit in nos spiritum vitæ, et incorruptibili armatura nos induit. Si igitur homo factus immortalis est, Deus etiam erit. Si vero per aquam et Spiritum sanctum a regeneratione ex lavacro Deus fit, comperitur etiam post resurrectionem e

Entrementes, aquilo que na imaginação dos filósofos reveste-se com a forma do absoluto, na realidade se concretiza, quando se concretiza, em proporções reduzidas e com aquelas características contingentes que são inerentes a todos os fenômenos históricos.

Assim, na Alemanha, a ideia federal que, na especulação abstrata de alguns dos seus idealizadores, estava destinada a incorporar em uma única organização todos os Estados, pôde gradualmente (e aqui carece de interesse indagar se e como essa especulação a influenciara) ser traduzida em realidade apenas entre aquele grupo de Estados, já atados pelos laços de uma mesma nacionalidade, que atualmente compõem o Império Alemão¹⁰.

mortuis cohæres Christi esse. Igitur præconis voce proclamo : Venite, omnes tribus gentium, ad baptismatis immortalitatem. Vitam vobis qui in ignorantia caligine versati adhuc estis, fausto significo nuntio. Venite ex servitute in libertatem, ex tyrannide ad regnum, ex corruptione ad incorruptibilitatem. Et quomodo, inquit, veniemus? Quomodo? Per aquam et Spiritum sanctum. Hæc est aqua cum Spiritu conjuncta, qua paradisis rigatur, terra pinguescit, incrementum plantæ capiunt, generant animalia; atque ut omnia compendio amplectar, per quam regeneratus homo vivificatur, qua Christus baptizatus est, in quam Spiritus sanctus columbae specie descendit”.

Cfr. Jacques Paul Migne, *PATROLOGIÆ GRÆCÆ TOMUS X. ROMANI PONTIFICES SÆCULI IV INEUNTIS, S. GREGORIUS THAUMATURGUS, S. NIPPOLYTUS PORTUENSIS, DIONYSIUS ALEXANDRINUS, JULIUS AFRICANUS, ALII*, 1st edn (Paris, Petit-Montrouge: Imprimerie Catholique J. P. Migne editorem, 1857), X, pp. 851–62, especialmente a pg. 859. Vide, ainda, a análise inglesamente realizada e na qual consta, por sua vez, uma transcrição para esse idioma: James Anthony Wickham, *A Synopsis of the Doctrine of Baptism, Regeneration, Conversion, &c. and Kindred Subjects, by the Fathers and Others Writers from the Time of Our Saviour to the End of the Fourth Century with a Preface by the Rev. H. D. Wickham, M. A. Late of Exeter Colle*, 1st edn (London: George Bell, 1850), pp. 315–22, especialmente pgs. 320–321.

- 10 [N. do T.] Santi Romano dedica, ainda em seus escritos iniciais, uma crítica bastante pertinente à pretensão jurídica do Império Alemão em suas relações jurídicas com vários outros (*die deutschen Schutzgebiete*). O ensaio, em verdade, é especialmente endereçado enquanto crítica a um escrito específico de Jellinek, publicado em 1896, “*Ueber Staatsfragmente*”. São, porém, ali, esboçados os elementos que refletem a alusão de Santi

E não é desimportante salientar aquilo que é a todos notório: que aquela que primeiramente fora uma simples união ou liga, logo em seguida, então, se transmutara, como aparenta ser o destino de todas as federações, em um verdadeiro e típico Estado, ainda que federal: o Império hodierno.

Contudo, dentro em pouco veremos como, após a fundação deste último, aquela ideia não aparenta ter exaurido o seu ciclo de desenvolvimento, mas sim ter ressurgido com renovadas atitudes, as quais se nos parecem bastante mais interessantes.

Antes, porém, de nos determos a considerar esta nova fase do movimento federalístico tedesco, que, segundo cremos, possui em relação àquela a que mencionamos anteriormente uma qualquer continuidade, ainda que não o seja muito bem discernível pelos seus fautores, será de todo conveniente examinar se a essa tendência da Alemanha, que ali se manifesta de um modo todo peculiar e com um programa bastante bem delineado, não corresponda, porventura, um processo histórico mais amplo e pelo qual se lha possa considerar, ao menos num certo sentido, que poderia muito bem ser artificial, influenciada.

O processo ao qual ora faço alusão e que a mim me parece possuir uma certa consistência, a não ser para ver se

Romano especificamente em relação ao Império Alemão e os 'laços' que daí decorrem.

Para o leitor brasileiro, *vide* a tradução 'Sobre Os Assim Chamados « Staatsfragmente », *Revista Jurídica Da UFERSA*, 5.9 (2021) <<https://doi.org/10.21708/issn2526-9488.v5.n9.p1-12.2021>> o juspublicista italiano Santi Romano pretende refutar a teoria de Georg Jellinek acerca dos Staatsfragmente – frações territoriais dotadas de algumas atribuições do Estado, mas não de todas. Romano, para tanto, descreve a teoria de Jellinek e aponta algumas de suas falhas, sobretudo quanto aos três elementos 'clássicos' da estatalidade (povo, território, soberania, vertida do original italiano "Santi Romano, *Sui Cosidetti « Staatsfragmente »* (Bologna: Tipografia Alfonso Garagnani, 1898)".

e em que medida se lhe possa atribuir o caráter de generalidade, é aquele pelo qual alguns Estados tornaram-se como os centros propulsores, bem como os núcleos fundamentais de mundos ou de sistemas políticos bastante mais vastos.

Tais sistemas, note-se bem, estão deveras longe de terem alcançado uma estrutura precisa e muito menos se concretaram em verdadeiras e típicas instituições ou organizações jurídicas, mas, no entanto, não o são meros fantasmas ou librações sem direção, e se permitem apreender ainda em suas primeiras e incertas linhas.

Assim, na América, os Estados Unidos do norte, que já *per se* representam um conglomerado de numerosos Estados, e, portanto, uma instituição que perpassa a figura do Estado único, tendem, como se sabe, a fazer de toda a América uma poderosa entidade política, encerrada, num certo sentido, à influência das potências estrangeiras e árbitra dos seus próprios destinos.

A famosa doutrina Monroe e as implementações por ela alcançadas são o sintoma mais vistoso de tal tendência, que está a cada dia mais se consolidando e se desenvolvendo, e que explica inúmeros comportamentos dos Estados daquele continente em relação à guerra atual.

Além disso, a Grã-Bretanha é o centro de um gigantesco império mundial, cuja unidade substancial, por assim dizer, apresenta um estranho contraste com aquela sua unidade formal.

Formalmente, de fato, os elementos de tal império são constituídos, à parte a Índia que dispõe de uma situação singular, por uma série de colônias dependentes da metrópole; mas, substancialmente, o é conhecido por todos que muitas delas, devido ao desenvolvimento alcançado pelas suas civilizações e a ampla autonomia que lhes é reconhecida, conseguiram livrar-se da sua condição original e poderiam

ser consideradas quase como Estados. De modo que a relação que as cinge à Inglaterra tem se modificado cada vez mais de uma mera relação de pura dependência para um vínculo, até certo ponto paritário, de confederação.

E, ainda assim, se por um momento abandonarmos as formais categorias jurídicas, é de se duvidar se já não nos encontramos diante de uma organização que, considerada em sua totalidade, excede a figura do Estado que possui as suas colônias.

O afirmar, como já o fizeram alguns, que o sistema inglês é um sistema colonial federativo é, claramente, utilizar-se de uma expressão contraditória, pois, lá onde existem verdadeiras e típicas colônias, elas são submetidas, em maior ou menor medida, à pátria-mãe, mas não são com ela associadas.

Porém, o fato mesmo de se socorrer de tal ardil verbal para caracterizar o Império Britânico demonstra como ele, considerado na sua concretude, o seja uma instituição política que agora, então, perpassa o Estado, que lhe é o centro, mesmo não se caracterizando nem como uma união de Estados nem tampouco como um Estado federal. Naturalmente, esta é uma afirmação que se faz não do ponto de vista estritamente jurídico, mas tão somente a partir daquele histórico-político.

Ainda: a Rússia, muito embora por caminhos de todo diversos e com intenções assaz distintas, pretendia, antes que os acontecimentos atuais a desassossegassem, reunir em torno de si e atrair para a própria órbita uma numerosa série de organizações políticas menores, das quais, precisamente por tal razão, ela se portava qual nume tutelar.

E o Japão, finalmente, que cada vez mais consolida na Ásia uma sua posição que, sob inúmeros aspectos, poder-se-ia compará-la àquela dos Estados Unidos da América do norte.

Precisamente o exemplo dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da Rússia — não tanto, ao que parece, do Japão, senão apenas nestes recentíssimos tempos — suscitava na Alemanha um novo impulso à assim chamada ideia da “*Mittleuropa*”¹¹, que tanta importância desempenhou na

11 [N. do T.] O termo “*Mittleuropa*” foi mantido tal qual o “original italiano”. Há, porém, variações utilizadas por Santi Romano que foram, em sua literalidade, também mantidas: “*média Europa*” enquanto equivalente ao italiano “*media Europa*”.

Afora o presente trabalho, utiliza-se ainda, além de sua versão “*Europa média*”, o termo “*Europa Centrale*”, este último comumente replicado em suas utilizações inglesas: “*Central Europe*”. Há, ainda, em equivalência à ideia, a utilização dos termos “*Zentraleuropa*” e “*Mittelosteuropa*”. A variação do termo, aliás, reflete a própria inquietude que circunda a ideia em si, e, embora esteja para além das nossas limitações uma análise mais detida, cremos pertinente uma sutil e superficial digressão sobre o tema.

Socorremo-nos, para tanto, do Professor Jacques Le Rider (Atenas, 1954), historiador francês, filólogo, tradutor e germanista cuja formação perpassa o *Institut d'études politiques de Paris* (Sciences Po), *École normale supérieure* e a *Université Paris-Sorbonne*.

Em 1994 o Professor Le Rider publica o seu *La Mittleuropa*, que imediatamente é traduzida para o alemão, espanhol, croata, japonês, romeno e italiano; neste último, é publicada já em 1995 com o título “*Mittleuropa: Storia di un mito*”. Não há, até onde constatamos, nada em português-brasileiro.

No mesmo ano de 1994 é fundada, por Jacques Le Rider e Michel Espagne, a *Revue Germanique Internationale*. Sua publicação inaugural (vol. I, 1994) estampa o título “*Europe Centrale Mittleuropa*”, e reúne, naturalmente, especialistas os mais diversos acerca do tema. Dividida em duas partes principais, “*Essais de sémantique historique*” e “*Aires culturelles et réseaux de la « Mittleuropa »*”, a obra é prefaciada senão pelo próprio Professor Le Rider. O prefácio, embora resumido, reflete em quase identidade o capítulo primeiro de sua obra principal “*Mittleuropa*”. O título e o subtítulo, aliás, deste último, reforçam também já a “inquietude” acerca do próprio conceito, senão: “Capítulo Primeiro: história de um conceito: um espaço de geometria variável”.

Em seu livro (*Mittleuropa*), Le Rider inicia com a seguinte afirmação que, dada a clareza, prescinde de comentários:

“A noção histórica e geopolítica da *Mittleuropa* não corresponde a uma realidade geográfica claramente definível. Ela mantém confins de todo

fluidos e variáveis conforme a circunstância específica [contingentes]. Como observava um estudioso tedesco: ‘em minha pequena biblioteca mitteleuropeia eu posso encontrar numerosos argumentos conforme os quais eu posso excluir daquele espaço tanto o Novo Brandenburgo como a Ucrânia e a Macedônia. Mas posso também encontrar tantos outros [argumentos] com os quais se possa incluir, sem restrições, o Novo Brandenburgo e Skopje. A imprecisão e a flutuação dos confins acompanham inerentemente a utopia [...]. O historiador húngaro Peter Hanak dizia: ‘A Mitteleuropa pode ser definida tão somente em relação ao leste e ao oeste e com base nas relações que os dois *Capos* do continente estabelecem entre si [interagem]’. [Le Rider cita Michael Rutschky, *Mitteleuropa, eine kurzfristige Utopie*]. E prossegue:

“Tal concepção da Mitteleuropa, que inclui ou exclui Brandenburgo ou os territórios eslavos do sul, não possui nada em comum com a outra genealogia, aquela de uma “Europa de centro”, compreendida enquanto área danubiana. Não esqueçamos que, para Metternich, o Reich ideal compreende o norte da Itália, os territórios históricos dos Absburgo e a Confederação germânica. Falar de uma Mitteleuropa ‘metternichiana’, como o faz Heinrich [Ritter] von Srbik [1878-1952], significa referir-se a uma ideia de todo modesta da Europa central de influência alemã: Metternich era hostil às pretensões expansionistas rumo a leste que teriam exposto à perigo o princípio sacrossanto de equilíbrio que herdara do mestre Gentz”.

Como afirmado anteriormente, a *Présentation* à obra inaugural da *Revue Germanique Internationale* segue, em praticamente total identidade — uma ou outra supressão apenas — a parte inicial de sua obra acima transcrita. Veja-se, para tanto, o original da *Présentation*, nestes precisos termos:

« La notion historique et géopolitique de Mitteleuropa1ne correspond pas à une réalité géographique clairement définissable. Elle conserve par essence des contours flous et variables suivant les conjonctures. Une conception de la Mitteleuropa qui inclut la Prusse centrale et orientale ou les territoires slaves du Sud n’a rien de commun avec l’autre généalogie de « l’Europe du milieu » qui se rattache à l’espace danubien. Rappelons que, pour Metternich, le Reich idéal englobe le nord de l’Italie, les territoires historiques de la maison Habsbourg et la Confédération germanique. Si l’on peut parler d’une Mitteleuropa metternichienne, il faut préciser qu’il s’agissait d’une idée somme toute modeste de l’Europe centrale d’influence germanique : Metternich était hostile aux visées d’expansion territoriale à l’est qui eussent mis en péril le sacro-saint principe d’équilibre ».

Acerca da origem e da possível autoria da expressão, prossegue Le Rider: “A palavra Mitteleuropa, ou Europa Média, entrou no vocabulário alemão habitual por volta de 1914, como parte da discussão sobre os objetivos da guerra e as teses de Friedrich Naumann. Outros termos por vezes

competiam com ela; por exemplo, a expressão *Zwischeneuropa*, Europa Intermédia, apareceu quase ao mesmo tempo, mas não teve um sucesso tão duradouro. A palavra Mitteleuropa permaneceu marcada pela ideologia pangermanista que, em 1938, desprenhou o *Anschluss* austríaco e que no mesmo período inspirará a teoria lamentavelmente famosa do espaço vital tedesco e da expansão natural para o leste e para a Rússia. É fácil compreender porque é que a noção de Mitteleuropa não é apreciada por muitos historiadores e intelectuais alemães de hoje, que preferem se socorrer do termo mais neutro *Ostmitteleuropa*; porque os austríacos, ansiosos em libertarem-se de quaisquer conotações 'pangermanistas' utilizam o termo *Zentraleuropa*; e porque a ideia de Mitteleuropa inspira tanta desconfiança e pavor nos franceses, e não só neles... Joseph Rován exprimia com muita clareza as apreensões "francesas" quando escrevia «*Wer Mitteleuropa predigt, will Europa entweder zerstören oder verhindern*» [Aqueles que apregoam a Mitteleuropa desejam ou destruir ou impedir o desenvolvimento da Europa].

Por fim, em uma sua versão mais recente, reduzida e inglesamente escrita, o pano de fundo permanece inalterado: "*The notion of Mitteleuropa does not correspond to any geographical reality, it is a mental map created as a result of the diffusion of 'Germanic' cultures – I use the term 'Germanic' to avoid using words like 'German' or 'Austrian' as these two terms did not have any obvious meaning before the contemporary era. The formation of this mental map indeed dates back to the first German settlements east of the border of the Holy Germanic Empire, right up to the western fringes of Russia and the Baltic countries. It is necessary to distinguish between the federative, multicultural and pre-national tradition of the Holy Empire (which Bohemia and the North of Italy were part of) and that which is the result of Austro-Prussian dualism since the time of Maria-Theresa and Frederick II.*".

Le Rider atribui, então, senão a autoria, o ecoar da ideia de Mitteleuropa à Friedrich Naumann. Naumann, nos precisos termos da *Brittanica*, "nascido aos 25 de março de 1860 em Störmthal, Prússia e falecido aos 24 de agosto de 1919 em Travemünde, Alemanha, foi um teórico político e social, publicista e reformador que se tornou um dos mais influentes *partisans* do liberalismo alemão combinado ao imperialismo".

Para o que nos interessa aqui, a objetividade e clareza de sua obra refletem o pano de fundo, de todo evidente, embora não necessariamente preciso, acerca da ideia da Mitteleuropa. É exata e imediatamente após o rebanar da Primeira Guerra Mundial que ele publica a sua obra. A clareza e a objetividade já em suas páginas iniciais dispensa, também, maiores prolongamentos da nossa parte naquilo que diz respeito ao conceito do termo em si.

Em seu capítulo primeiro, intitulado de "*Der gemeinsame Krieg und seine*

Folgen” — Da Guerra Comum e das suas consequências —, Naumann registra:

“Enquanto escrevo estas palavras, a guerra está ocorrendo no Oriente/leste e no Ocidente/oeste. Escrevo com o propósito fixo no meio de tudo isto, pois tão somente em tempos de guerra é que o nosso humor permite-nos entreter pensamentos amplamente transformadores e de reconstrução. Uma vez terminada a guerra, o nosso espírito quotidiano apoderar-se-á rapidamente de nós, e no espírito quotidiano a Mitteleuropa nunca poderá ser moldada. Bismarck fundou o Império Alemão durante e não depois da guerra de 1870, e os nossos estadistas devem lançar as fundações desta nova estrutura durante esta guerra, em meio ao derramamento de sangue e da convulsão das nações. Mais à frente isto poderia, e o seria, demasiado tarde. O assunto sobre o qual pretendo me ocupar é o crescimento conjunto daqueles Estados que não pertencem nem à Aliança anglo-francesa ocidental nem ao Império Russo; acima de tudo, porém, sobre a fusão do *Reich* Alemão com a Monarquia dual Austro-Húngara, pois todos os demais planos sobre as associações entre os povos da Mittel-Europa [*Mittel-europäische*] dependem necessariamente da possibilidade de fusão primeira entre os dois Estados centrais entre si. Quando a guerra eclodiu, muitos de nós, eu inclusive, pensávamos que ainda poderia ser alcançado um entendimento com a França, porque não havia hostilidade/inimizade alguma em relação à França, tanto do lado alemão como do lado austro- húngaro”.

Após listar e exemplificar a realidade de alguns outros povos, como os italianos, romenos, búlgaros, sérvios, gregos, holandeses e suíços, os quais “querem e devem primeiro ver com os próprios olhos se o núcleo da Mitteleuropa está formado, se o Reich alemão e a Áustria-Hungria estão unidos”, Naumann conclui esta primeira parte do seu capítulo inicial com os elementos que estariam, a partir de sua percepção, abrangidos pelas pretensões da Mitteleuropa e que, por conseguinte, levam-nos novamente ao início desta digressão, ou seja, a inquietude e até mesmo vaguidão acerca do conceito mesmo em si.

“Os nossos olhos estão, portanto, fixos naquelas terras da Mitteleuropa que se estendem desde os Mares do Norte e Báltico até os Alpes, do Mar Adriático até a margem meridional da planície do Danúbio. Pegue um mapa e veja aquilo que há entre o Vístula e os Vosgos [rio *Weichsel*, *polonês Wisla*, e as montanhas *Vogesen*, francês *Vosges*], o que se espreme entre a Galícia e o Lago Constança! Você deve pensar/considerar esta área enquanto uma unidade, como um país irmão multifacetado/uma brilhante irmandade [*als ein vielgliedertes Bruderland*], como uma aliança defensiva, como uma zona econômica única! Aqui, todos os particularismos históricos devem ser de tal modo obscurecidos no impulso da guerra mundial de modo tal que seja reforçada a ideia de unidade. É essa a exigência do momento, essa

é a tarefa presente. A história nos falará disso por meio do retumbar dos canhões; mas cabe a nós decidir se queremos dar-lhe ouvidos.

Em sua versão original, escrita em, *Sütterlinschrift*, em que pese uma nossa limitação e a dificuldade daí decorrente em sua transcrição, ressalvamos, então, eventuais inconsistências e, não menos importante, a substituição, por nós realizada, de alguns dos caracteres originais, a exemplo do “ſ”, pelos seus equivalentes contemporâneos.

No original: *“Während ich dieses schreibe, wird im Osten und Westen gekämpft. Absichtlich schreibe ich mitten im Krieg, denn nur im Krieg sind die Gemüter bereit, große umgestaltende Gedanken in sich aufzunehmen. Nach dem Krieg kommt dann sehr bald die Alltagsseele wieder aus ihrem Versteck heraus, und mit der Alltagsseele läßt sich Mitteleuropa nicht machen. Wie Bismarck das Deutsche Reich im Krieg von 1870 herstellte und nicht nach dem Krieg, so müssen im Krieg, im Fließen des Blutes und im Wogen der Völker, von unseren Staatsleitern die Grundlagen der neuen Gestaltung gelegt werden. Später könnte und würde es zu spät sein.*

Vas, wovon ich reden will, ist das Zusammenwachsen derjenigen Staaten, die weder zum englisch-französischen Westbunde gehören noch zum russischen Reiche, vor allem aber ist es der Zusammenschluß des Deutschen Reiches mit der österreichisch-ungarischen Doppelmonarchie, denn alle weiteren Pläne über mitteleuropäische Völkerverbindungen hängen davon ab, ob es gelingt, zuerst die zwei Zentralstaaten selber zusammenzufassen.

Als der Krieg begann, haben viele von uns, auch ich, gedacht, es könnte noch eine Verständigung mit Frankreich eintreten, denn aus deutscher und aus österreichischer und ungarischer Seite besteht keine Feindschaft gegen Frankreich. Sobald die Franzosen es wollen, können wir ihnen die Hand reichen, aber allerdings erschwerte jeder weitere Kriegsmonat die gegenseitige Annäherung. [...]

Unsere Augen sind also zunächst auf das mitteleuropäische Land gerichtet, das von Nord- und Ostsee bis zu den Alpen, dem adriatischen Meere und dem Südrande der Donauebene reicht. Nehmt die Karte zur Hand und seht, was zwischen Weichsel und Vogesen liegt, was zwischen Galizien und Bodensee lagert! Diese Fläche sollt ihr als eine Einheit denken, als ein vielgegliedertes Bruderland, als einen Verteidigungsbund, als ein Wirtschaftsgebiet!

Hier soll aller geschichtliche Partikularismus im Drange des Weltkrieges soweit vermisch werden, dass er die Einheitsidee verträgt. Das ist die Forderung der Stunde, das ist die Aufgabe dieser Monate. Die Geschichte will im Donner der Kanonen darüber mit uns reden; an uns aber ist es, ob mir hören wollen.”.

Cfr. Friedrich Naumann, *Mitteleuropa* (Berlin: Georg Reimer, 1916), pp. 1-3.

Cfr., ainda, Jacques Le Rider, *La Mitteleuropa « Que Sais-Je ? »*, 1st edn (Paris: Presses Universitaires de France, 1994); Jacques Le Rider, *Mitteleuropa: Storia Di Un Mito*, trans. by Maria Cristina Marinelli (Bologna: Il Mulino, 1995); Jacques Le Rider, ‘Présentation’, *Revue Germanique Internationale*, 1, 1994,

política daquela nação, inclusive até a atual guerra, sobre a qual é muito provável que tenha exercido uma não parca influência.

A ideia, na verdade, é, como se sabe, mais antiga e havia já se manifestado no século XIX. Reduzida, na realidade, ao seu esquematismo mais simplório e originário, o qual, no entanto, dista por demais de representá-la em sua totalidade e num seu aspecto mais interessante, ela apadroeava inicialmente uma união econômica entre a Alemanha e a Áustria: uma união que deveria ter sido estabelecida principalmente sob a forma e com os objetivos imediatos de uma liga aduaneira.

Como é bem conhecido, porém, as aspirações hegemônicas da Prússia, que se preparava para abalar a primazia da Áustria, impediram que esta última aderisse, tal qual o desejava, ao “*Zollverein*”¹².

5–8 <<https://doi.org/10.4000/rgi.417>>.

Vide, por fim, em suas versões inglesamente escritas: Jacques Le Rider, ‘Mitteleuropa, Zentraleuropa, Mittelosteuropa’, *European Journal of Social Theory*, 11.2 (2008), 155–69 <<https://doi.org/10.1177/1368431007087471>>; sobre Friedrich Naumann, as enciclopédicas The Editors of Encyclopaedia Britannica, ‘Friedrich Naumann’, *Encyclopedia Britannica* (Britannica, 2022) <<https://www.britannica.com/biography/Friedrich-Naumann>>; Maciej Górny, ‘Concept of Mitteleuropa’, 1914–1918–Online. *International Encyclopedia of the First World War* (Freie Universität Berlin, 2015) <<https://doi.org/10.15463>>; e, não menos pertinente, Moshe Zimmermann, ‘A Road Not Taken - Friedrich Naumann’s Attempt at a Modern German Nationalism’, *Journal of Contemporary History*, 17.4 (1982), 689–708 <<http://www.jstor.org/stable/260528>>.

12 [N. do T.] Nos precisos termos da *Treccani*: “*Zollverein, Deutscher (união aduaneira tedesca)*. União aduaneira que criou, em torno da Prússia, a unidade econômica tedesca e preparou o terreno para a unidade política. O congresso de Viena, com o seu art. 19 do Ato de constituição do *Bund* (federação) tedesco, havia estabelecido que os estados federados deveriam consultar-se em matéria de tráfego. [...] Do art. 19 não quisera levá-lo em consideração alguma a Prússia, que em 26 de maio de 1818 suprimira as suas obrigações internas, tornara o seu próprio território uma unidade econômica e, com altas tarifas de passagem/trânsito, exercera forte

Em vez disso, por volta de 1890, remodelada completamente a situação, é na Alemanha em que é ressuscitado, com proporções muito maiores e apoiando-se numa verdadeira e típica teoria astutamente desenvolvida, inclusive por escritores austríacos, o pomposo projeto pelo qual o Império Alemão deveria ter constituído o centro de uma união aduaneira e da qual deveriam ter participado não só a Áustria acompanhada da Hungria, mas também a França, a Itália, a Suíça, a Holanda, a Bélgica, os países escandinavos, a península balcânica, a Turquia e o Oriente Próximo.

Prescindindo das variegadas afirmações relativas a tal projeto oriundas dos poderes constituídos, convirá mencionar sucintamente a doutrina que lho representava, aliás, que lho representa, pelo menos numa sua aparência, o seu fundamento. Argumenta-se precisamente que, na época

pressão sobre os estados vizinhos. O Chanceler Hardenberg recusou-se a subordinar a vida econômica prussiana ao Bundestag (dieta federal) de Frankfurt, onde a Áustria detinha a presidência e pequenos estados formavam a maioria. [...] Na Conferência de Viena de 1820, uma torrente violenta de alaridos fez-se erguer contra o novo sistema aduaneiro prussiano. Nenhuma decisão prática, porém, foi tomada. [...] A *Zollverein* compreendia, de tal modo, 25 milhões de habitantes. Os efeitos econômicos foram imediatos: em uma década a prosperidade tedesca alcançara e superara o nível anterior à Guerra dos Trinta anos. [...] Mas a *Zollverein* permaneceu por trinta anos um organismo econômico que não eliminou o *Bund* e não obstaculizou, em 1866, que os reinos meridionais levantassem armas contra a Prússia. A importância histórica da *Zollverein* está no fato de ter-se criado um mercado unitário tedesco e, portanto, em ter reforçado a consciência nacional tedesca, até então baseada em motivos tão somente ideais. A vida econômica tedesca se habituara a ignorar as velhas pequenas pátrias. [...] Após a vitória prussiana de 1866, a *Zollverein* sofrera uma transformação: os estados do *Norddeutscher Bund* se lhe integraram não mais individualmente, mas enquanto uma unidade. Em 8 de julho de 1867 foi criado um *Zollparlament* (parlamento aduaneiro) cuja sede era Berlim e que legiferava por maioria de votos. Com a fundação do *Reich*, em 1870, cederia o lugar ao *Reichstag*.

Cfr. Carlo Antoni, 'Zollverein, Deutscher', *Treccani - Enciclopedia Italiana* (Treccani, 1937) <<https://www.treccani.it/>>.

moderna, há um impulso, o qual se tornara mais evidente e mais robusto durante a última geração, no sentido de desprender, no lugar das assim chamadas grandes potências, alguns impérios econômicos mundiais, cada um dos quais objetivaria a partejar uma entidade independente e encerrada em si mesma.

Seriam estes entes, nos quais se reagrupariam povos os mais diversos e os quais exorbitariam os próprios confins nacionais, que, no suceder das vicissitudes, direcionariam os destinos da humanidade, e, acima de tudo, aquinhoariam entre si os frutos do trabalho humano.

A figura ora comum do Estado independente restaria destinada a desaparecer ou quase, uma vez que tão somente num pequeno número de centros convergir-se-ia e tão somente a partir deles irradiar-se-ia qualquer soberania efetiva. A Grã-Bretanha, a Rússia e os Estados Unidos teriam já implementado parcialmente tal processo histórico: e o fizeram de um modo perigoso para os demais Estados, aos quais não só restaria inibida qualquer forma de expansão e de desenvolvimento, mas antesmente lhes seriam tolhidas até mesmo as próprias condições de existência. Daí a necessidade premente da Alemanha em organizar, sobre a base de uma união aduaneira, a média Europa, desprendendo um novo gigantesco império econômico capaz de se contrapor àqueles já existentes. E enquanto isso, pelos defensores de tal doutrina, que advertiram também quanto aos meios pelos quais ela deveria concretizar-se na prática, reconhecia-se abertamente que esse projeto não poderia ser implementado pela Alemanha a não ser pela força das armas e em decorrência de lutas violentas.

Aquilo que para outras nações foi um processo remansado e naturalmente maturado, através de séculos de contínuo desenvolvimento, para a Alemanha teria devido

ser o programa de uma ação vertiginosa. Ela, na verdade, tendo ascendido por último ao número dos grandes Estados, não teria tido tempo a perder, e, antes que o contínuo enrobustecer-se dos outros três Impérios a esganasse, deveria ter reivindicado a sua porção de domínio no mundo.

Mais particularmente, para alcançar uma tal proeza, antes de qualquer outra coisa, a Alemanha teria devido, para repetir as palavras de von Bernhardi¹³, estraçalhar

13 [N. do T.] Trata-se precisamente de Friedrich von Bernhardi (1849-1930). A despeito das poucas informações biográficas, a clareza de seus escritos permite-nos uma considerável análise acerca não apenas do que se desdobrará, historicamente, nos anos posteriores, na Alemanha, mas sobretudo naquilo que diz respeito à crítica de Santi Romano. A brevidade, aliás, das informações, permite-nos também transcrevê-las em sua integralidade.

Segundo a *Britannica*: “Friedrich von Bernhardi, nascido em 1849, Estônia, Império Russo – 1930), soldado e escritor militar alemão. Combateu na Guerra Franco-Prussiana e tornou-se comandante do Sétimo Corpo do Exército em 1909. Em 1911 publicou ‘*Germany and the next war*’, argumentando que a Alemanha tinha o direito e a responsabilidade de travar uma guerra a fim de ganhar o poder que merecia. Os Aliados consideraram, posteriormente, que o seu livro contribuíra para a Primeira Guerra Mundial, na qual Bernhardi servira enquanto comandante.”.

De forma não tão distinta, registra a *Treccani*: “Bernhardi, Friedrich von. – General e escritor militar (Petersburgo 1849 – Kunnersdorf 1930), filho de Theodor, é conhecido pelo seu *Deutschland und der nächste Krieg* (1912), no qual sustentava a inevitabilidade da guerra em decorrência da pressão que o povo tedesco, em crescimento numérico, acabaria por exercer sobre as fronteiras. A rigidez desta sua convicção contribuiu em grande parte para a psicose belicista [*psicosi belicista*]. Dentre outras obras suas, são conhecidas: *Vom heutigen Kriege* (1911); *Deutschlands Heldenkampf 1914-18* (1922); *Denkwürdigkeiten* (1927).

A *Treccani*, ainda, em sua *Enciclopedia delle Scienze sociali* (1992), quando do verbete “*darwinismo sociale*” inclui, além da eugenia, naquele conceito de darwinismo social-liberal as “teorias sobre a grandeza tedesca (do povo alemão) que acabam por exaltar a guerra por meio do conceito de luta pela sobrevivência cujos representantes teriam sido, além do General Friedrich von Bernhardi, o antropólogo Felix von Luschan.

Da passagem mencionada por Santi Romano, embora não citada precisamente ou referenciada, acreditamos tratar-se especificamente do

completamente a França, de modo tal que esta última não

Deutschland und der nächste Krieg, publicado em sua versão original em 1912 e, já em 1914, traduzida para o inglês por Allen H. Powles. É com esta última versão que verificamos a alusão.

Em sua versão original italiana, Santi Romano escreve: “*per ripetere le parole del von Bernhardi, schiacciare completamente la Francia, in modo che questa non avrebbe più potuto attraversarle il cammino*”; a qual traduzimos da seguinte forma: “para repetir as palavras de von Bernhardi, esmagar completamente a França, de modo que esta última não poderia mais cruzar-lhe o caminho”.

De forma imediata, pois, se nos parece clara a remissão ao trecho seguinte: “*France must be so completely crushed that she can never again come across our path*”, constante precisamente no Capítulo V, “Poder Mundial ou Queda” [*World Power or downfall*], em sua pag. 106.

Permitimo-nos, porém, um prolongar — informativo, apenas — acerca da obra específica de von Bernhardi.

A obra possui catorze capítulos, divididos, em sua versão inglesa, em 288 páginas. Os títulos dos capítulos, por si sós, são bastante esclarecedores: O direito de fazer a guerra (I); O Dever de fazer a guerra (II); Um breve levantamento sobre o desenvolvimento histórico da Alemanha (III); Missão histórica da Alemanha (IV); Poder mundial ou Queda (V); O significado social e político do exército para a Guerra (VI); O caráter da nossa Próxima Guerra (VII); A próxima guerra naval (VIII); A Questão crucial (IX); Organização do Exército (X); Formação/Treinamento e educação (XI); Preparação para a Guerra Naval (XII); O Exército e a educação popular (XIII); Preparação financeira e política para a Guerra (XIV); e, por fim, um epílogo.

Suas primeiras linhas são precisamente: “Desde 1795, quando Immanuel Kant publicou, na sua velhice, o seu tratado sobre a “Paz Perpétua”, muitos passaram a considerar enquanto fato estabelecido [sofisma] que a guerra é a destruição de todo o bem e a origem de todo o mal. Apesar de tudo o que a história ensina, não se sente convicção de que a luta entre as nações é inevitável, e o crescimento da civilização é creditado enquanto um poder ao qual a guerra deve ceder. Mas, não perturbada por tais teorias humanas e pela mudança dos tempos, a guerra tem marchado repetidamente de país para país com o choque de armas, e tem provado o seu poder destrutivo, bem como criativo e purificador. Ela não tem conseguido ensinar à humanidade qual é a sua verdadeira natureza. Longos períodos de guerra, longe de convencer os homens da necessidade da guerra, pelo contrário, reavivaram sempre o desejo de excluir a guerra, sempre que possível, das relações políticas das nações.

Este desejo e esta esperança são ainda hoje amplamente difundidos. A

manutenção da paz é elogiada como o único objetivo a que o estadista deve aspirar. Este desejo irrestrito de paz obteve, nos nossos dias, um poder bastante peculiar sobre os espíritos dos homens. Esta aspiração encontra a sua expressão pública em ligas de paz e congressos de paz; a imprensa de cada país e de cada partido abre-lhe as suas colunas. A corrente nesta direção é, de fato, tão forte que a maioria dos governos professa, em todo o caso, que a necessidade de manter a paz é o verdadeiro objetivo da sua política; enquanto que, quando uma guerra rebenta, o agressor é estigmatizado universalmente e todos os governos se esforçam, em parte na realidade, em parte fingindo, por extinguir a conflagração”.

Passa, então, após criticar de forma direta tudo o que o “Congresso da Paz de Haia” realizara nesta esfera limitada, aquele que é, de forma manifesta, o cerne do seu pensamento. Nestes precisos termos:

“Essa aspiração é diretamente antagonica às grandes leis que regem toda a vida. A guerra é uma necessidade biológica de primeira importância, um elemento regulador na vida da humanidade que não pode ser abandonado uma vez que, sem ela, se seguirá um desenvolvimento nefasto/nocivo [*unhealthy*], que exclui todos os avanços da raça e, portanto, de toda civilização real/verdadeira. “A Guerra é o pai de todas as coisas”*. Os sábios de toda a antiguidade, muito antes de Darwin, reconheciam tal.” [*há uma nota para a citação *War is the father of all things* com a seguinte informação: “Πόλεμος πατήρ πάντων (Heraclitus of Ephesus)”. Para tal, poder-se-ia avocar claramente a nota aposta pelo Professor Heiss acerca da citação de Sêneca por Kant: “Kant’s quotation is in incorrect word order. It should run [...]”. A citação, neste caso, aposta por von Bernhardt seria, em sua versão precisa original: “Πόλεμος πάντων μὲν πατήρ ἐστι, πάντων δὲ βασιλεύς, καὶ τοὺς μὲν θεοὺς ἔδειξε τοὺς δὲ ἀνθρώπους, τοὺς μὲν δούλους ἐποίησε τοὺς δὲ ἐλευθέρους.”, extraída do fragmento 53, “Hipólito, refutação de todas as heresias, IX, 9,4 cujo sentido fora já brilhantemente apreendido pelo intelectual cearense, filósofo e estudioso das letras clássicas, Professor José Cavalcante de Souza (Cariús, Ceará, 1925), nestes precisos termos: “O combate é de todas as coisas pai, de todas rei, e uns ele revelou deuses, outros, homens; de uns fez escravos, de outros livres”.

Ainda na mesma página, em sequência, prossegue von Bernhardt:

“A luta pela existência é, na vida da Natureza, a base de todo o desenvolvimento saudável. Todas as coisas existentes se mostram como o resultado de forças contestadoras. Assim, na vida do homem, a luta não é apenas o princípio destrutivo, mas o princípio que dá vida. ‘Suplantar ou ser suplantado é a essência da vida’, diz Goethe, e a existência vigorosa ganha a superioridade. A lei do mais forte aplica-se bem em todos os lugares. Sobrevivem as formas que são capazes de obter as condições mais favoráveis da vida, e de se autoafirmarem na economia universal da

Natureza. Os mais fracos sucumbem. Esta luta é regulada e refreada pelo balanço inconsciente das leis biológicas e pela interação de forças opostas. No mundo vegetal e no mundo animal, este processo é trabalhado em tragédias inconscientes.”

Por fim, a mesma lógica é, “naturalmente”, replicada para os Estados:

“‘O homem é um guerreiro’. O auto-sacrifício é uma renúncia à vida, quer na existência do indivíduo, quer na vida dos Estados, que são aglomerações de indivíduos. A primeira e primordial lei é a afirmação da própria existência independente. Apenas por meio da autoafirmação o Estado pode manter as condições de vida dos seus cidadãos e assegurar-lhes a proteção legal que cada homem tem direito a reivindicar. Este dever de autoafirmação não é de forma alguma satisfeito pelo mero repúdio de ataques hostis; inclui a obrigação de assegurar a possibilidade de vida e desenvolvimento a todo o corpo da nação em que o Estado se apoia.”

Múltiplas e inúmeras são as análises precisas de von Bernhardt acerca tanto da história dos demais países como, não menos, de suas atuações “geopolíticas”. Não é esta a oportunidade para analisá-lo em suas especificidades e, embora cremos tê-lo ilustrado, de todo resumidamente, o que é facilitado pela clareza e objetividade de suas assertivas, pontue-se novamente, por fim, o trecho que cremos ser mencionado por Santi Romano — embora, repise-se, são inúmeras as assertivas no mesmo sentido e sobre vários outros países —, agora em uma sua versão mais extensa:

“Nestas circunstâncias, temos claramente de tentar reforçar o nosso poder político de outras formas. Em primeiro lugar, a nossa posição política seria consideravelmente consolidada se pudéssemos finalmente livrarmo-nos do perigo permanente de a França nos atacar numa ocasião favorável, logo que nos vejamos envolvidos em complicações noutros locais. De uma forma ou de outra, temos de acertar as contas com a França, se quisermos ter uma mão livre na nossa política internacional. Esta é a primeira e principal condição de uma política alemã sólida, e uma vez que a hostilidade da França não pode, de uma vez por todas, ser afastada por aberturas pacíficas, a questão deve ser resolvida pela força das armas. A França deve ser de tal forma esmagada que nunca mais se poderá deparar com o nosso caminho. Além do mais, nós devemos empreender todos os meios de fortalecimento do poder político dos nossos aliados. Nós já a empreendemos, tal política, no caso da Áustria, quando nós declaramos nossa prontidão/disposição em proteger, se necessário por meio de intervenção armada, a anexação final da Bósnia e Herzegovina pelo nosso aliado no Danúbio. Nossa política em relação à Itália deve seguir precisamente os mesmos preceitos, especialmente se, em qualquer guerra franco-tesca, se nos apresentar uma boa oportunidade em prestar-lhe um serviço deveras valioso. É igualmente uma boa política em todos os sentidos apoiar a Turquia, cuja

pudesse mais cruzar-lhe o caminho: consolidada assim a sua hegemonia na Europa continental, a Alemanha se lhe teria sido capaz de tomar as rédeas de uma liga de Estados e de se tornar um imenso e corpulento império mundial.

Se, entretanto, é verdade que a guerra atual esteja numa relação imediata com o programa de criação da “Mitteleuropa”, da qual, como já foi dito, ela seria a “prova histórica”, um sustentáculo provisional da cobiçada organização encontrar-se-ia ora na aliança que atarraxa a Alemanha com a Áustria-Hungria, com a Turquia e com a Bulgária: uma aliança que já descambou para muito além dos propósitos estritamente bélicos, pois, ainda que concatenada com estes últimos, ela avaliza uma série de necessidades coletivas de tais Estados, especialmente as de índole econômica, financeira e alimentar.

A primeira observação que se nos sugerem os fatos aos quais acenamos brevemente, mas que mereceriam uma análise bastante mais detida, é a seguinte.

A ideia federal, que, como já o vimos, possui no espírito alemão antigas e firmes raízes, ressurgiu recentemente sob um aspecto completamente novo. O objetivo da federação universal, ao qual miravam, dentre outros, Kant e Schelling, teria sido aquele de garantir a paz e a segurança dos povos:

importância para a Alemanha e para a Tríplice Aliança já a discutimos anteriormente.”.

Vide Friedrich von Bernhardi, *Germany and the next War*, trans. by Allen H. Powles (New York: Longmans, Green and Co., 1914), pp. 16-18; 105-6.

Cfr., ainda, The Editors of Encyclopaedia Britannica, ‘Friedrich von Bernhardi’, *Encyclopedia Britannica*, 2022 <<https://www.britannica.com/biography/Friedrich-von-Bernhardi>>; ‘Bernhardi, Friedrich Von’, *Treccani* <<https://www.treccani.it/enciclopedia/friedrich-von-bernhardi/>>. E, por fim, José Cavalcante de Souza, *Os Pré-Socráticos. Fragmentos, Doxografia e Comentários*. Tradução de: José Cavalcante de Souza, Arma Lia Amaral de Almeida Prado, Ísis Lana Borges, Maria Conceição Martins Cavalcante, Remberto Francisco Kuhnen, Rubens Rodrigues Torres Filho, Carlos Ribeir, ed. by José Cavalcante de Souza (São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996).

cada um deles deveria ter conservado toda a sua própria independência e liberdade de Estado, e o seu único limite teria sido o de ter que respeitar a liga da paz.

Este “*foedus pacificum*”, observava expressamente Kant, não ambicionaria o conseguimento de uma qualquer potestade por parte de um Estado, mas simplesmente a conservação e a segurança da liberdade de um Estado para si mesmo e, concomitantemente, para os outros Estados confederados.

E isto como uma consequência do princípio estabelecido pelo próprio Kant, de que a história da espécie humana visa, como a seu fim último, a forjadura de uma constituição¹⁴ política perfeita internamente e, *tão somente para este fim*, também externamente.

Se se considera, então, que para Kant o direito nada mais é senão o conjunto das condições que asseguram a coexistência pacífica das atividades coordenadas, tanto dos indivíduos como dos Estados, ver-se-á que, segundo ele, e, ainda mais claramente, segundo Schelling, a federação universal teria tido a incumbência de implementar, nos mais elevados e mais completos desenvolvimentos dos quais é suscetível, a pura ideia do direito.

Quão longe chegamos, do ponto de vista ideal, certamente não avante, desde então até estes nossos dias!

Neste momento a “Mitteleuropa” deveria constituir, sempre sob a forma de uma liga ou de uma federação, um ente cujo propósito fundamental seria, consoante o afirmam,

14 [N. do T.] Santi Romano publicara, anos antes, uma crítica específica acerca do processo forjado de conformação, ou não, das Constituições ‘escritas’. Veja-se, nesse sentido o seu *Le Prime Carte Costituzionali: Discorso per l’inaugurazione Dell’anno Accademico Nella R. Università Di Modena* (Modena: R. Università di Modena, 1906), disponível também em sua versão brasileira como Santi Romano, ‘As Primeiras Cartas Constitucionais / Le Prime Carte Costituzionali’, *Revista Direito E Práxis*, 13,4 (2022), 2841-71 <<https://doi.org/10.1590/2179-8966>>.

tão somente econômico; não a generosa, ainda que utópica, ideia da paz perpétua e do direito cosmopolita que se afirma querer levar a cabo, mas sim uma colossal organização que assegure à Alemanha, acima de tudo, as matérias-primas de que a sua indústria necessita, além de um dilatado mercado para os seus produtos.

Não é à toa que a filosofia kantiana e aquela idealista pós-kantiana foi sucedida, na Alemanha, por uma filosofia encharcada de excessivo naturalismo e de materialismo histórico!

Por um lado, estas últimas doutrinas e, por outro, o poderoso fermento produzido pela contínua exaltação da raça tedesca, por ópera também e sobretudo de idealistas, como Fichte e Hegel, sem dúvida contribuíram para gerar, consubstanciando-se lhes, o projeto de uma liga econômica da média Europa, capitaneada pelo Império germânico.

Neste ponto, porém, é inevitável que emergja naturalmente uma dúvida, que o é também uma suspeita.

É realmente verdade que, nas intenções da Alemanha, a “Mitteleuropa” teria apenas a finalidade que se lhe atribuíra expressamente? Ou não será a teoria dos impérios econômicos mundiais, assim tão bem arquitetada, senão um ardil para enrustir os desígnios que, somente por um alguém mais franco e menos prudente, o sejam abertamente declarados?

Abundam, de fato, os argumentos a partir dos quais se poderia deduzir tratar-se o fito último, para o qual se inclina a Alemanha, sê-lo aquele de se tornar o epicentro de uma colossal potência política, instaurando a sua própria hegemonia sobre um grande número de Estados europeus os quais, ainda que não pretenda absorvê-los por completo, não deveriam gozar senão de uma independência limitada diante do Império Alemão.

Ter-se-ia, assim, uma nova organização, a qual pro-

vavelmente não seria, ao menos em princípio, um Estado propriamente dito, mas que se disporia por sobre os Estados individuais, com uma sua própria estrutura à qual se aquiesceria ao tempo e aos acontecimentos históricos em determinarem aqueles seus caracteres peculiares: atributos que, de qualquer forma, seriam essencialmente políticos, não apenas econômicos.

Seria fácil rastrear em muitos escritos, tanto doutrinários como práticos e de propaganda, os vestígios claros e evidentes de tais escopos. Mas isto, note-se bem, ainda assim não significaria que a concepção tedesca acerca dos impérios mundiais econômicos seja de todo uma ficção, um artifício consciente e premeditado, a via oblíqua pela qual seguem aqueles que não podem caminhar de cabeça bem erguida pela via-mestra¹⁵.

Antes de qualquer coisa, é evidente que uma tal inoculação econômica, ainda que desprovida de qualquer intenção política, seria em si mesma um fim que valeria a pena perseguir.

Deveras recentissimamente, um nosso estudioso procurou também demonstrar que carece de qualquer fundamento a teoria segundo a qual a evolução econômica conduziria à formação de gigantescas economias encerradas e autárquicas, que impediriam à Alemanha o fornecimento de matérias-primas e de gêneros alimentícios e que a privariam, ainda, do escoamento de seus produtos industriais.

E efetivamente, por uma série de razões que nos tomariam tempo demasiado para explicá-las aqui, nem o Império Britânico, nem os Estados Unidos e nem a Rússia têm em si os elementos suficientes para constituírem economias autárquicas. Por outro lado, nem mesmo sequer a média

15 [N. do T.] No original: *“la via obliqua che si segue da chi non può procedere a testa alta sulla strada maestra”*.

Europa não poderia não estar em estreita dependência da economia mundial, tanto no que diz respeito à importação como à exportação.

Seria uma utopia pensar que ela seria capaz de se isolar do resto do mundo, seguindo, como o foi espirituosamente dito, uma política econômica de trincheiras. Ainda assim, se se nos revela arbitrária a teoria, enquanto teoria, dos impérios econômicos mundiais, não se pode ao contrário negar que, de um ponto de vista prático, ela contribui para o fomento econômico da própria Alemanha, a qual galga um estratagema não essencial, como alega, para a sua sobrevivência e para o seu desenvolvimento, mas evidentemente útil para a sua expansão e para o seu enriquecimento.

Todavia, em nossa opinião, inclusive, a questão da “Mitteleuropa” é essencialmente e sobretudo uma questão política, assim como a tendência à qual acenamos, da formação de outras estruturas supraestatais — principalmente por meio dos Estados Unidos, Inglaterra, Rússia e do Japão —, possui um seu caráter bastante mais político do que efetivamente econômico.

A inoculação econômica poderá ter, e o tem sem dúvida, um valor em si mesma, mas de qualquer forma está destinada a servir, na Alemanha, como um meio poderosíssimo para a realização de um vasto plano imperialista. Como, é quase supérfluo demonstrar.

Aquele que, por outro lado, se colocasse a partir do ponto de vista do materialismo histórico, afirmaria enquanto um postulado que a organização política a que anseia a Alemanha não seria tanto o fim a ser alcançado através da organização econômica, mas uma sua mera consequência, necessária e inevitável, a qual seria o verdadeiro fim-último do processo histórico que ora discutimos.

E pode ser que essa tal concepção corresponda àquela

mesma percepção alemã, que foi assaz dominada nestes últimos tempos, como o revelamos, por um morbífero materialismo. De fato, os escritores alemães repetidamente se referem abertamente à ideia de uma necessária substituição dos organismos econômicos mundiais pelos órgãos políticos atuais: o que, de resto, corresponde àquele movimento, em certo sentido análogo e dominado pela mesma corrente de pensamento, que, no âmago de muitos Estados, tende a assolapar-lhes a própria estrutura em prol das organizações econômicas¹⁶.

Mas, independentemente disso, por meio de inúmeros argumentos poder-se-ia demonstrar a intenção política que a Alemanha persegue, com aquelas atitudes que aparentemente demonstram um caráter diverso.

Já o próprio Kant, questionando-se acerca da natureza do ímpeto que poderia fazer com que aderissem à federação, por ele mesmo idealizada, aqueles povos nos quais o conceito de direito cosmopolita ainda não se lhes havia impregnado, vislumbra este arroubo no interesse econômico e comercial, que seria ainda mais prevalente do que o interesse puramente moral.

Além disso, não se deve olvidar que a constituição atual do Império Alemão foi arranjada mediante e através do “*Zollverein*”, e mesmo aqueles sugestionados de que a história se repete, especialmente nos seus mecanismos e nas suas concatenações extrínsecas de causa e efeito, não podem não enxergar em uma organização de natureza econômica, como aquela ansiada pela Alemanha, o embrião de um futuro império político muito maior e bem mais preeminente do que o atual.

Não por acaso é precisamente a forma da união adua-

16 [N. do T.] Novamente Santi Romano faz alusão ao seu discurso precedente, de 1909, ‘O Estado Moderno e a Sua Crise’.

neira aquela que por uma maioria seja atualmente propaganda na Alemanha com o objetivo de corporificar a ideia da “Mitteleuropa”, malgrado as enormes dificuldades técnicas que teriam de ser superadas e apesar das oposições da Áustria, que lha considera, e não sem razão, a ameaça de um grave perigo para a sua independência.

E é sintomático que na Hungria, onde as opiniões sobre tal questão apresentam-se bastante desacordes, a união aduaneira seja defendida justamente por aquelas classes sociais cuja existência é comprometida por um movimento que se crê possa ser estancado tão somente pela influência germânica: o propósito político, como se vê, sobrepuja a concessão econômica, que é apenas repentina.

Também no que diz respeito à Áustria, de resto, foi precisamente observado que os fautores do projeto da “Mitteleuropa” o apadrinham por necessidades políticas às quais se deveria sacrificar o interesse econômico e, sobretudo, como um meio de superar as nacionalidades eslavas.

Se, então, elevarmo-nos a partir desta ordem de observações particulares a um ponto de vista mais amplo, é de se recordar da lição que nos oferece a história colonial: as colônias, que hoje são objeto de domínio e de expansão política, não eram originalmente, ao menos em sua maior parte, senão objeto de empreendimentos econômicos e comerciais.

Uma análoga transformação seria razoável esperá-la naquilo que diz respeito à inoculação alemã nos países da média Europa. De fato, antecipando os acontecimentos, já o foi cogitado por alguém que a união aduaneira conduziria à institucionalização de um parlamento comum aos Estados individuais, ainda que se tratasse meramente de um parlamento aduaneiro.

E é óbvio o sintoma de que essa mesma união, ainda que não se afaste do campo circunscrito dos seus objetivos

específicos, implicaria uma série de controles sobre as ferrovias, sobre as estradas, sobre as vias de navegação, sobre a própria produção agrícola, que, pouco a pouco e naturalmente, poderia desdobrar-se para o Estado politicamente mais forte e mais hábil em tantos outros meios de domínio sobre os demais, que assumiriam, então, a posição de meros satélites seus.

Mas não há sentido em insistirmos neste ponto, que por si só é claro: convirá, em vez disso, extrair de tudo quanto dissemos algumas breves e simples conclusões que, se de um lado são intrínsecas ao atual conflito, do outro lado elas poderiam apresentar um significado mais amplo e menos contingente.

Que exista uma certa tendência para a formação de algumas amplas estruturas supraestatais, reconhecemo-lo igualmente e delas mencionamos aquelas que, por vislumbres mais ou menos manifestos, se nos parece já tenham tido uma sua gênese, mesmo que ainda vaga e em fase embrionária, de implementação. Que, porém, tal tendência deva ser considerada enquanto geral e de uma força tal que a nenhum Estado seja-lhe possível dela escapar, de modo que ele seja atraído, mais cedo ou mais tarde, para a órbita de uma destas organizações maiores, não se nos parece de modo algum que o seja comprovado.

Que o mundo inteiro deva reduzir-se a sê-lo a esfera de três ou quatro sistemas políticos colossais, pode até ser o sonho daqueles que simpatizam com as desenfreadas ideias imperialistas, mas não o é a visão de um prudente observador da história, que não seja leviano ao formular uma lei geral com base em fatos os quais, embora não sejam únicos, permanecem sempre isolados.

E ainda menos se pode acreditar que a constituição destes gigantescos organismos, para além e acima dos Es-

tados, possa ser a seqüela de um plano implementado por meio da violência e da força material.

No caso da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e mesmo o do Japão, concorrem para dar-lhes a posição que mencionamos toda uma série de circunstâncias reais, as quais têm se acumulado em um processo remansado, espontâneo e quase natural. No entanto, que um tal processo secular possa vir a ser substituído por uma fulminante ação conquistadora de outras potências, um avassalo que corresponda ao extermínio de uma série de organismos que têm também uma vida autônoma e parecem destinados a contribuir por si mesmos para o desenvolvimento da civilização humana, tudo nos leva a esperar que isso não seja provável, antesmente possível.

Demasiadas forças ideais e materiais, antes de quaisquer outras o sentimento da nacionalidade de cada povo, precisariam ser destruídas, e não se vislumbra com qual outra força se as poderiam substituir, se não com aquela, que de resto é toda muito dúbia e sempre insuficiente, do interesse econômico ou, ainda pior, da sujeição forçada ao mais forte.

A história demonstra que tentativas similares normalmente conduzem, quando o sejam mais afortunadas, a meros simulacros de organizações políticas, de vida efêmera e aparente, que desmoronam sob o seu próprio peso de gigantes dos pés de barro¹⁷.

17 [N. do T.] No original: *"crollano sotto il loro stesso peso di giganti dal piede di creta"*.

Parece-nos bastante seguro tratar-se de alusão, embora não referenciada, à narrativa bíblica constante do capítulo 2 do livro de Daniel, versículos 1 a 49. Em que pese a assimilação aparentemente sutil, permitimo-nos transcrever parte não apenas das escrituras, mas especialmente dos comentários ali apostos quando da tradução a partir da vulgata, por Antonio Martini; o que reforça, assim o cremos, não apenas a ilustração, mas a alusão em si. Transcrevemos não a integralidade, mas os excertos que julgamos mais apropriados.

A propósito de Antonio Martini (Prato, 1720 – 1809), nos precisos termos da *Treccani*: estudou letras em Pisa, onde se diplomou em 1748. Em 1751 é eleito *preside* da *congregazione di 12 sacerdoti addetti alla basilica di Superga*, por Carlo Emanuele III; quando, em 1765, a convite do Cardeal Vittorio Amedeo delle Lanze (Torino, 1712-1784), ele se encarrega da versão italiana da *vulgata*: recebe proteção do Rei, foi eleito conselheiro de Estado e Abade de S. Giacomo in Bessa. Aos 25 de junho de 1781 é promovido à sede arqui episcopal de Florença. No seu empreendimento em traduzir a *vulgata*, Martini toma o então popular texto grego (*receptus*) como base para o Novo Testamento, e do qual se afasta pois em favor da *Vulgata*; para o Antigo Testamento, reportava-se não raro ao texto hebraico, acolitado por um rabino *fiorentino* de nome Levi”.

Precede a *profezia di Daniele* um prefácio escrito também por Antonio Martini que situa, contextualiza e explica a personagem: “Daniel, feito prisioneiro por Nabucodonosor, é levado à Babilônia. Integrante da tribo de Judá e da estirpe real de Davi, é escolhido, com outros três jovens de similar nobreza, para, após aprenderem a língua e as ciências dos Caldeus, trabalharem na corte à serviço do Rei. Deus lhe revelara, pois, o espírito da profecia[...]”. Em seguida, então, de forma bilingue, passa a traduzi-la, a *vulgata*. Naquela parte segunda, destinada à tradução bilingue, lê-se, numa nossa tradução de todo livre:

“No segundo ano do seu reino, Nabucodonosor tem um sonho que lhe aterroriza o espírito e escapa-lhe, o sonho, à memória”. Ordena então, o Rei, que sejam convocados os nigromantes, os magos, os bruxos e os caldeus, para que lhe expusessem e lhe explicassem o seu sonho. Diante do pedido dos caldeus para que “declarasse-lhes o sonho para que pudessem interpretá-lo”, Nabucodonosor, reforçando que o “sonho escapara-lhe à memória”, enfatiza que “se vós não me expuserdes o sonho e a sua interpretação, vós perecereis e as vossas casas serão confiscadas”; “Se, contudo, contardes-me o meu sonho e o seu significado, tereis da minha parte prêmios e dádivas/dons, e honras gigantes: narrais, pois, o sonho e a sua explicação”. Reconhecem, após, os caldeus, inexistir “homem sobre a terra que possa executar, ó Rei, o teu comando”. Nabucodonosor, então, “pleno de fúria e de enorme ira, ordenou que fenecessem todos os sábios da Babilônia. Promulgada então tal sentença, matavam-se os sábios: e andava-se à procura de Daniel e de seus companheiros para matá-los também. Quando encontrado, Daniel suplica a Arioch que lhe dê algum tempo mais; Daniel então, tem-lhe revelado o sonho do Rei e a sua interpretação; dirige-se, pois, à Arioch que o leva ao Rei: “Encontrei dentre os desterrados filhos de Judá quem fará saber o Rei a interpretação.”.

Do que se segue, pois, a revelação — versículos 29 a 46:

“Tu, ó Rei, iniciaste a refletir em teu leito sobre aquilo que há de ocorrer

Por outro lado, se até agora tem havido constantemente

no porvir: e aquele que revela os mistérios fizeste-te vislumbrar o que está por vir. E a mim se me foi revelado também este mistério, não por uma sabedoria, que me é maior do que o seja em qualquer outro ser vivente, mas para que tivesse o Rei uma evidente interpretação e para que tu reconhecesses os pensamentos da tua mente:

Tu, ó Rei, tivera uma visão: tu enxergavas como a uma grande estátua: e esta grande estátua, de estatura sublime, estava defronte de ti: e terrível era o seu semblante. A cabeça desta estátua era de finíssimo ouro; o peito e, então, os braços eram de prata; mas o ventre e as coxas, de bronze. E as pernas de ferro; os pés, uma certa parte o era de ferro, a outra parte de barro.

Isto o via tu, quando não pela mão de alguém se lançou uma pedra do monte, e atingiu a estátua em seus pés, que eram de ferro e de argila, e os despedaçou. Eis então que se despedaçaram igualmente o ferro, a argila, o bronze, a prata e o ouro, e se reduziram qual farelos de palha ao verão, na eira, os quais dispersa o vento: assim não sobrara nada dela, mas a pedra que golpeara a estátua tornou-se um elevado monte e cobrira totalmente a terra.

Tal é o sonho, a sua interpretação se lha exporemos agora diante de ti, ó Rei. Tu és o rei dos reis, e o Deus do céu lhe dera reino e fortaleza, império e glória: e, ao teu poder tu sujeitara os lugares todos nos quais habitam os filhos dos homens, e as bestas/animais dos campos e os pássaros dos ares os dera ao teu poder, e sob o teu domínio subjugara todas as coisas: és tu, pois, a cabeça de ouro.

E um outro reino levantar-se-á depois de ti, inferior a ti, que será de prata; e um outro terceiro reino de bronze, que comandará a toda a terra. E o quarto reino será como o ferro. E assim como o ferro rompe e doma todas as coisas, assim (este reino) romperá e esmagará todas estas coisas. Mas quanto àquilo que viste, que uma parte dos pés e dos dedos era de argila e a outra parte de ferro: o reino, que, a propósito, terá origem do ferro, será dividido, conforme o vira, misturados o ferro e a argila. E (qual) os dedos dos pés, de parte ferro e parte argila: de um lado o reino será são, da outra parte o será débil. E como viste o ferro misturado à lama argilosa, unir-se-ão por meio da parentela, mas não conformarão um corpo entre eles, tal qual o ferro não se pode com a argila misturar num corpo só.

Mas no tempo daqueles reinados fará surgir o Deus do céu um reino, que não será dissolvido *in eterno*: e o seu reino não passará a outra nação; mas fará em pedaços e consumirá todos esses reinos, e ele será inabalável *in eterno*. Conforme tu o viste que a pedra, a qual lançada do monte sem a ação humana, despedaçou a argila, e o ferro, e o bronze, e a prata, e o ouro; o grande Senhor fez conhecer o rei as coisas que depois se sucederão; e o sonho é verdadeiro, e a interpretação que dele se faz é fiel.

uma coexistência de Estados grandes ou mesmo colossais

Então Nabucodonosor prostrou-se, face em terra, e adorou a Daniel, e ordenou que se lhe entregassem oferendas e incenso”.

Não tanto, porém, a tradução em si, mas sobretudo as glosas de Antonio Martini aquilo que cremos, adstritos à alusão de Santi Romano e à integralidade da tradução, de todo válido:

“Vers. 37. *Tu se’ il re de’ regi*. A vastidão do império ampliado enormemente por este príncipe, as suas ilustres vitórias contra inúmeras nações, (vitórias as quais amiúde se narra nas Escrituras), as magníficas obras por ele feitas para ornar Babilônia, sede do império, tudo quanto servira-lhe para merecer este magnífico título de rei dos reis, ou seja, de príncipe o maior que já houvera até então sobre a terra.

Vers. 38. *Te se’ adunque il capo d’oro*. O teu reino então é representado pela cabeça de ouro da estátua vista em sonho por ti. O reino dos Caldeus, pela sua grandeza e pela glória das armas, e pelas imensas riquezas acumuladas com os despojos das nações vencidas, é bastante bem paragonado ao mais nobre de todos os metais.

Vers. 39. *Un altro reame si alzerà dopo de te, da meno di te, ec*. Este segundo império, que surgirá após aquele dos Caldeus, império menor em extensão e em longevidade; este império, comparado à prata, ele é o império dos Persas, do qual o fundador foi Ciro, e último rei Dario, dito Codomano, o qual foi vencido por Alessandro [Alexandre].

E un altro reame di bronzo che comanderà a tutta quanta la terra. O terceiro reino é aquele dos gregos, ou seja, de Alessandro da Macedônia, o qual venceu Dario e subjugara todas as províncias do império Persa, estendera as suas conquistas até além dos confins do rio Indo. Ele possuía inteiramente a Ásia e boa parte da África, além de uma considerável porção da Europa: assim, não sem razão, se afirma que este reino comandará a todas as terras conhecidas naquele tempo.

Vers. 40. *Il quarto reame sarà come il ferro, ec*. O quarto império, similar ao ferro, que a tudo doma e a tudo reduz em pó, este império, por opinião vulgar, não é senão o Império Romano, o qual destruíra e sujeitara a todos os reinos na Europa, na Ásia e na África. E certamente ao império dos Lagídios [Ptolemaico] no Egito e dos Selêucidas na Síria não se nos parece que se lhes possam adequadamente servir as palavras do nosso profeta: embora alguns escritores modernos, rejeitada a antiga opinião comum, tenham tentado atribuir a este seu sentimento a maior aparência de verdade quanto tenham sido capazes. Visto que não se pode vislumbrar como de dois impérios diversos e distintos entre eles possa-se fazer um que seja o quarto daqueles mencionado pelo profeta, nem tampouco sobre estes dois impérios possa-se afirmar que tenham destruído e asfixiado todas estas coisas, ou seja, que tenham aniquilado todos os demais reinos à frente.

e de Estados pequenos, até mesmo minúsculos, torna-se

Vers. 41-42. *Ma quanto a quello che hai veduto, che una parte de' piedi, ec.* O Império Romano, até quando estivera em seu pleno vigor, pudera comparar-se ao ferro, como o afirmamos; mas nos últimos tempos, a riqueza excessiva, o luxo e todos os vícios inundaram a República, que passou finalmente ao governo de um só com o título de imperador; título que não significava, entre os romanos, senão um supremo comandante do exército, mas na verdade veio a ser um nome significante do poder absoluto usurpado primeiro por Júlio César, e então Augusto. Um e outro, porém, destruindo o antigo governo de Roma, mantiveram muitas coisas da sua aristocracia, o senado, os cônsules e outros magistrados, e isto para se tornarem menos odiáveis. O império, portanto, de Roma, que havia sido um império de ferro puro enquanto persistiu em seu vigor a aristocracia, tornou-se uma mistura de ferro e barro após ter a aristocracia sido suplantada pela tirania e com ela se misturado. É de admirar alguns se dizem que a tirania que oprimiu a férrea república romana é comparada ao barro; pois todos sabemos como à mesma tirania, porquanto violenta, carece-lhe rigidez, nem o pode sobreviver longamente, e através de seu próprio vício destruir-se a si própria. Esta exposição, dentre todas as demais que podem ser encontradas entre os nossos intérpretes, parece-me ser a mais simples e justa, e a que melhor se adequa àquilo que se segue.

Il regno...sarà diviso. Misturada a argila com o ferro, a aristocracia com a tirania, o reino que virá a nascer da aristocracia terá ainda uma sua parte de robustez, mas associada com muita debilidade, onde será fácil, pois, despedaçá-la; afinal, sustentar-se-á tanto mais pela sua antiga reputação, e por aquilo que reterá do antigo espírito, do que quanto por sua atual constituição.

Vers. 43. *E come hai veduto il ferro mescolato col fango, ec.* A mescla do ferro com a argila denota, nos últimos tempos, o princípio de debilidade e de decadência amalgamados com a força e a robustez da república; e além do mais, essa mesma mistura prediz que, embora para sustentar a liberdade e acalantar aos genes ambiciosos e soberbos dos cidadãos mais poderosos, procurar-se-á, entre eles, o arranjo das parentelas, o que não ser-lhes-á, contudo, de grande utilidade, porquanto a união entre eles não será estável, como não pode sê-la a liga da argila com o ferro. Enquanto Pompeu e César aspiravam ao principado, procurou-se reuni-los e reduzi-los a pensarem mais em suas felicidades comuns do que aos seus engrandecimentos privados, do que Pompeu esposou a filha de César; mas isso não impediu a guerra civil, que teve origem em suas ambições; e similarmente, para que Marco Antônio não provocasse novas discórdias mas permanecesse unido à Augusto e à república, fez-se-lhe esposar Octávia, irmã de Augusto: mas a concórdia não pudera perdurar prolongadamente em decorrência de tais laços entre homens plenos de desejo de dominar.

ininteligível o motivo pelo qual a história futura não deva permitir que aqueles Estados individuais, que realmente terão um seu próprio papel a exercer, uma sua própria missão a cumprir e, portanto, uma autêntica razão de ser, restem não absorvidos e não fagocitados nas constelações maiores que, todavia, poderão formar-se.

É verdade que para eles o problema da existência, assim como o de seu desenvolvimento, tornar-se-á cada vez mais árduo e inquietante. E se nos mostra salutar que todos estejamos plena e corajosamente conscientes destas dificuldades.

Vers. 44. *Ma nel tempo di que' reami, ec.* É o mesmo que se afirmar: antes que o termo estabelecido àqueles reinos por Deus seja transcorrido, ou seja, perdurando ainda o reinado dos Romanos, mas alterado e enfraquecido, como o já foi dito, surgirá um reino novo que terá como uma sua própria característica sê-lo indissolúvel e eterno, e este reino não passará a nenhuma outra nação, qual o império de uma grande parte do mundo passou dos Caldeus ao Persas, dos Persas aos Gregos, dos Gregos aos Romanos. Além disso, este reino despedaçará e consumirá todos aqueles reinos, não em relação ao *ser* temporal, mas em relação à idolatria e à impiedade que nos reinos mesmos prevaleciam. O império Romano reunia em seu vasto domínio todos esses reinos, e esse império averso a este novo reino será vencido pela infinita potestade do novo rei. Este rei é *Gesù Cristo*: Ele é aquela pedra a qual, não por obra de homem algum destacou-se do monte, pois Ele como homem fora concebido no ventre da Virgem, não por obra do homem, como observaram S. *Girolamo*, S. *Giustino martire*, S. *Ireneo*, S. *Epifanio*, *Agostino* etc. Esta pequena pedra demoliu e aniquilou toda a potência do demônio, o grande tirano do gênero humano, e sujeitou a Deus e à Igreja todas as gentes. E muito bem o Cristo que vem a combater contra o forte armado, não com a onnipotência sua, mas em nossa enfermidade, é comparado à pedra que golpeia e pulveriza o ouro, o bronze, o ferro e o barro do grande colosso; o que se demonstrou como: a estultícia de Deus é mais sábia do que os homens, e a fraqueza de Deus é mais robusta do que os homens, 1. Cor. 1. 25. Não carecem entre os antigos mestres hebreus os testemunhos por meio dos quais aprendemos como a própria Sinagoga vira grandiosamente predito e pintado o reino do Messias. *Bereschib. Rabba ad. Gen. XXVIII, 10.*”

Cfr. Antonio Martini, *La Sacra Bibbia Secondo La Volgata. Tradotta in Lingua Italiana e Con Annotazioni Dichiarata Da Monsignore Antonio Martini* (Firenze: Angelo Usigli, 1832), III, pp. 576-78; 579-83. Vide, ainda, Alfredo Vitti, 'MARTINI, Antonio', *Treccani - Enciclopedia Italiana* (Treccani, 1934) <<https://www.treccani.it/>>.

Assim, os acontecimentos que agora se desnovelam deveriam ensinar-nos o quão culpado é o descuido que negligencia a verdade elementar de que todo Estado deve, a cada dia, incansável e desassossegadamente, não apenas merecer, mas quase diria até mesmo conquistar *ex novo* esse seu próprio lugar.

Não apenas este lugar ao sol é difícil de se defender quando se nos acalenta a ilusão de que ninguém o insidia, mas também é preciso ter em mente que qualquer organismo que tencione exclusiva e tão somente a sua mera preservação e não o seu desenvolvimento está inevitavelmente fadado a definhar e a perecer.

Quais sejam os caminhos que eles devam escolher para o seu próprio desenvolvimento é um problema que, naturalmente, cada Estado deve resolver de maneira peculiar e conforme as suas próprias condições e capacidades, as suas próprias forças, a sua própria vocação. Mas em nenhum caso ele deve ensimesmar-se numa sua clausura.

Se tão somente a alguns poucos Estados cabe-lhes a possibilidade de disporem-se à frente daquelas grandes instituições do porvir, que talvez criarão novas formas políticas, é o dever de cada um ansiar, num sentido ou noutro, a superar-se a si mesmo.

Assim, para nós, o princípio da nacionalidade o fora e o é ainda um meio de superação e de desenvolvimento; mas devemos nos precaver contra a crença de que, alcançadas a partir deste ponto de vista as nossas aspirações, restaremos plenamente exultantes e satisfeitos: se assim o fosse, aquele princípio tornar-se-ia uma causa de aprisionamento ou de fraqueza.

Da mesma forma, não só para nós, mas para todos os Estados modernos, seria inadequado limitar a sua própria expansão àquela colonial, a qual, aliás, sob outros aspectos e num panorama diverso, pode ser útil ou necessária. O Estado

colonizador, em essência, enquanto assim permanecê-lo, não extrapola os seus próprios confins, por mais que os amplie continuamente¹⁸.

- 18 [N. do T.] Santi Romano publica, contemporaneamente ao presente ora traduzido, o seu *Corso di Diritto Coloniale*. Não é uma nossa intenção analisá-lo; registra-se, porém, que o assunto é ali ampla e profundamente tratado em suas 209 páginas. Em que pese também as distintas perspectivas, “os dois conceitos de colônia, político e jurídico”, no que tange ao território, Santi Romano utiliza-se, dentre a vasta bibliografia, dos conceitos esboçados pelo francês Arthur Girault, ainda em 1895 em seu *Principes de colonisation et de législation coloniale*. Utiliza, porém, a terceira edição, de 1907. Nesse sentido: “Três, segundo um afamado escritor francês (Girault), são os sistemas principais de enlace/vínculo entre a metrópole e a colônia: a) sistema da subjugação; b) sistema da assimilação; c) sistema da autonomia.”. Para os fins presentes, para além da clareza da concepção já devidamente registrada no texto, recomenda-se a análise feita por Santi Romano especificamente em relação ao Império Alemão, numa sua crítica à Georg Jellinek, publicada em 1898 como *Sui cosidetti « Staatsfragmente »*, e disponível ao leitor brasileiro como “Sobre os assim chamados « Staatsfragmente »”.

Cfr. Santi Romano, *Corso Di Diritto Coloniale: Impartito Nel R. Istituto Di Scienze Sociali C. Alfieri Di Firenze. Appunti Raccolti Dal Dott. Domenico Biscotti*. (Roma: Athenaeum, 1918), PRIMO, p. especialmente a pag. 32; Romano, *Sui Cosidetti «Staatsfragmente»*; Romano and Campos, ‘Sobre Os Assim Chamados « Staatsfragmente »’.”title”:”Corso di Diritto Coloniale: impartito nel R. Istituto di Scienze Sociali C. Alfieri di Firenze. Appunti raccolti dal Dott. Domenico Biscotti.”,”type”:”book”,”volume”:”primo”,”locator”:”especialmente a pag. 32”,”uris”:”[”http://www.mendeley.com/documents/?uuiid=68820a6d-1dcc-485b-b18b-7557e79069d9”]”,”id”:”ITEM-2”,”itemData”:”{”author”:”[”d ropping-particle”:””,”family”:”Romano”,”given”:”Santi”,”non-dropping-particle”:””,”parse-names”:false,”suffix”:””]”,”id”:”ITEM-2”,”issued”:”[”date-parts”:”[”1898”]”]”,”publisher”:”Tipografia Alfonso Garagnani”,”publisher-place”:”Bologna”,”title”:”Sui cosidetti «Staatsfragmente»”,”type”:”book”}”,”uris”:”[”http://www.mendeley.com/documents/?uuiid=9a4926d8-580c-48ee-980e-fb008736c8fc”]”,”id”:”ITEM-3”,”itemData”:”{”DOI”:”10.21708/issn2526-9488.v5.n9.p1-12.2021”,”ISSN”:”2526-9488”,”abstract”:”No presente texto, o juspublicista italiano Santi Romano pretende refutar a teoria de Georg Jellinek acerca dos Staatsfragmente – frações territoriais dotadas de algumas atribuições do Estado, mas não de todas. Romano, para tanto, descreve a teoria de Jellinek e aponta algumas de suas falhas, sobretudo quanto aos três elementos ‘clássicos’ da estatalidade (povo, território, soberania

E em vez disso a história nos demonstra tratar-se de uma lei universal, que vai se tornando cada vez mais ativa, que cada Estado, para conservar-se, deve expandir a sua própria vida até para além de si mesmo. Alguns se surpreenderam, por exemplo, que os alemães, no delinear da teoria dos impérios mundiais autárquicos, tenham dentre eles considerado a Grã-Bretanha, a Rússia e os Estados Unidos, mas não a França, que também detém o segundo maior império colonial.

Contudo, na verdade, pode-se dispor de um vastíssimo território colonial ou metropolitano e nem por isso constituir, pois, uma daquelas potências que possuam a virtude da expansão mundial. E, no momento atual, parece que esta seja a virtude ou a força que mais importa.

Não basta que um Estado adstrinja e subjugue populações de civilização inferior, como o são aquelas que ele encontra pela vereda das conquistas coloniais; é necessário que ele faça sentir a sua força de inserção — e com isto quero dizer pacificamente —, a sua vitalidade no íntimo da estrutura de outros Estados páreos seus quanto ao grau de desenvolvimento.

Talvez desta forma a natureza tenda a uma maior conspiração e cooperação dos vários Estados quanto aos intentos comuns de civilização e, conseqüentemente, a tornar mais são e menos frágil de quanto agora não o seja, lamentavelmente, o seu consórcio.

O certo é que, sem sonhar com utopísticos ou simplesmente ambiciosos imperialismos, sem atentar contra a independência dos demais e resguardando ciosamente a sua própria, cada Estado que não queira condenar-se a si e por

Vide, ainda, Arthur Girault, *Principes de Colonisation et de Législation Coloniale*, 3rd edn (Paris: Librairie de la Société du recueil J.B Sirey & du Journal du palais, 1907), 3 v.

si deve demonstrar, para além dos seus termos materiais, que ele há de cumprir uma missão histórica, não apenas para os seus interesses particulares, mas também para aqueles de toda a humanidade.

E para isso é necessário que ele demonstre, contínua e manifestamente, os meneios de sua própria energia: especialmente daquela energia moral, cujo altíssimo valor todos nós ora o sentimos como nunca antes, a fim de podermos, completamente restabelecidos em nós mesmos, prosseguirmos pelo caminho do nosso destino.

Também nós seremos capazes, então, considerando-o no sentido mais civil e mais humano, de fazermos nosso o mote “Para além do Estado”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amoretti, Giovanni Vittorio, ‘GARVE, Christian’, *Treccani - Enciclopedia Italiana* (Treccani, 1932) <<https://www.treccani.it/>>

Antoni, Carlo, ‘Zollverein, Deutscher’, *Treccani - Enciclopedia Italiana* (Treccani, 1937) <<https://www.treccani.it/>>

Armao, Gaetano, ‘Santi Romano Protagonista Della Scuola Palermitana Di Diritto’, *Nuove Autonomie*, 1 (2018), 47–62

Assis, Machado de, ‘Commentarios Da Semana. Rio, 29 de Dezembro. Creditos Extraordinarios. - Scoevola. - O Sr. Penna Em Missão. - Cinna. - O Anno Novo.’, *Diario Do Rio de Janeiro: Folha Politica, Litteraria e Commercial* (Rio de Janeiro, 29 December 1861) <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>

Barreto, Lima, *Os Bruzundangas*, 1st edn (Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1922)

‘Bernhardi, Friedrich Von’, *Treccani* <<https://www.treccani.it/enciclopedia/friedrich-von-bernhardi/>>

von Bernhardi, Friedrich, *Germany and the next War*, trans. by Allen H. Powles (New York: Longmans, Green and Co., 1914)

Britannica, The Editors of Encyclopaedia, ‘Friedrich Naumann’, *Encyclopedia Britannica* (Britannica, 2022) <<https://www.britannica.com/biography/Friedrich-Naumann>>

— — —, ‘Friedrich von Bernhardi’, *Encyclopedia Britannica*, 2022 <<https://www.britannica.com/biography/Friedrich-von-Bernhardi>>

— — —, ‘Moses Mendelssohn’, *Encyclopedia Britannica*, 2022 <<https://www.britannica.com/biography/Moses-Mendelssohn>>

Cassese, Sabino, ‘Ipotesi Sulla Formazione de “L’ordinamento Giuridico” Di Santi Romano’, *Quaderni Fiorentini per La Storia Del Pensiero Giuridico Moderno*, I (1972), 243–83

Fumagalli, Giuseppe, *L’ape Latina : Dizionarietto Di 2948 Sentenze, Proverbi, Motti, Divise, Frasi e Locuzioni Latine, Ecc / Raccolte, Tradotte e Annotate Da Giuseppe Fumagalli*, 2nd edn (Milano: Ulrico Hoepli, 1936)

Girault, Arthur, *Principes de Colonisation et de Législation Coloniale*, 3rd edn (Paris: Librairie de la Société du recueil J.B Sirey & du Journal du palais, 1907), 3 v

Górny, Maciej, ‘Concept of Mitteleuropa’, 1914-1918-Online. *International Encyclopedia of the First World War* (Freie Universität Berlin, 2015) <<https://doi.org/10.15463>>

Kant, Immanuel,; and Filippo Gonnelli, *Scritti Di Storia, Politica e Diritto* (Roma-Bari: Laterza, 1995)

Kant, Immanuel, *Political Writings: Edited with an Introduction and Notes by Hans Reiss (Professor Emeritus of German, University of Bristol)*, ed. by Hans Reiss, trans. by H. B. Nisbet, 2 enlarged (Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1991)

— — —, *Über Den Gemeinspruch: Das Mag in Der Theorie Richtig Sein, Taugt Aber Nicht Für Die Praxis; Zum Ewigen Frieden; Ein Philosophischer Entwurf Mit Einleitung Und Anmerkungen, Bibliographie Und Registern Kritisch Herausgegeben von Heiner F. Klemme*, ed. by Heiner F. Klemme (Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1992)

— — —, *Über Den Gemeinspruch: Das Mag in Der Theorie Richtig Sein, Taugt Aber Nicht Für Die Praxis*, 4 Auflage (Berliner Ausgabe: Holzinger, 2016)

Martini, Antonio, *La Sacra Bibbia Secondo La Volgata. Tradotta in Lingua Italiana e Con Annotazioni Dichiarata Da Monsignore Antonio Martini* (Firenze: Angelo Usigli, 1832), III

Migne, Jacques Paul, *PATROLOGIÆ GRÆCÆ TOMUS X. ROMANI PONTIFICES SÆCULI IV INEUNTIS, S. GREGORIUS THAUMATURGUS, S. NIPPOLYTUS PORTUENSIS, DIONYSIUS ALEXANDRINUS, JULIUS AFRICANUS, ALII*, 1st edn (Paris, Petit-Montrouge: Imprimerie Catholique J. P. Migne editorem, 1857), X

Naumann, Friedrich, *Mitteleuropa* (Berlin: Georg Reimer, 1916)

Le Rider, Jacques, *La Mitteleuropa « Que Sais-Je ? »*, 1st edn (Paris: Presses Universitaires de France, 1994)

— — —, 'Mitteleuropa, Zentraleuropa, Mittelosteuropa', *European Journal of Social Theory*, 11.2 (2008), 155–69 <<https://doi.org/10.1177/1368431007087471>>

— — —, *Mitteleuropa: Storia Di Un Mito*, trans. by Maria Cristina Marinelli (Bologna: Il Mulino, 1995)

— — —, 'Présentation', *Revue Germanique Internationale*, 1, 1994, 5-8 <<https://doi.org/10.4000/rgi.417>>

Romano, Santi. As primeiras cartas constitucionais / Le prime carte costituzionali. *Revista Direito E Práxis*, 13(4) (2022), 2841-2871. Tradução de Felipe Pante Leme de Campos. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/64672>

— — —, *Corso Di Diritto Coloniale: Impartito Nel R. Istituto Di Scienze Sociali C. Alfieri Di Firenze. Appunti Raccolti Dal Dott. Domenico Biscotti*. (Roma: Athenaeum, 1918), PRIMO

— — —, *Lo Stato Moderno e La Sua Crisi : Discorso per l'inaugurazione Dell'anno Accademico Nella R. Università Di Pisa / Letto Il 4 Novembre 1909 Dal Prof. Santi Romano* (Pisa: Tipografia Vannucchi, 1909)

— — —, *Oltre Lo Stato* (Italia, 1918)

Romano, Santi. 'Sobre Os Assim Chamados « Staatsfragmente »', *Revista Jurídica Da UFERSA*, 5.9 (2021). Tradução de Felipe Pante Leme de Campos. <<https://doi.org/10.21708/issn2526-9488.v5.n9.p1-12.2021>>

— — —, *Sui Cosidetti «Staatsfragmente»* (Bologna: Tipografia Alfonso Garagnani, 1898)

Romano, Santi, & Felipe Pante Leme de Campos, 'O Estado Moderno e a Sua Crise', *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 122 (2021), 13-44 <<https://doi.org/10.9732/2021.V122.886>>

Sandulli, Aldo, 'Romano, Santi', *Dizionario Biografico Dei Giuristi Italiani (XII-XX Secolo) / Diretto Da Italo Bircocchi [et Al.]* (Il Mulino, 2013), pp. 1728-31

Souza, José Cavalcante de, *Os Pré-Socráticos. Fragmentos, Doxografia e Comentários. Tradução de: José Cavalcante de Souza, Arma Lia Amaral de Almeida Prado, Ísis Lana Borges, Maria Conceição Martins Cavalcante, Remberto Francisco Kuhnén, Rubens Rodrigues Torres Filho, Carlos Ribeir*, ed. by José Cavalcante de Souza (São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996)

Swift, Jonathan, *Travels into Several Remote Nations of the World by Lemuel Gulliver, First a Surgeon, and Then a Captain of Several Ships. Prefixed Which Several Copies of Verses Explanatory and Commendatory, Never before Printed.*, 2nd edn (London: Benj. Motte, 1727)

Treccani, Istituto, 'Enciclopedia Treccani Online' <<http://www.treccani.it/>>

Vescio, Natale, 'SALVIOLI, Giuseppe', *Treccani - Dizionario Biografico Degli Italiani - Vol. 90* (Treccani, 2017) <<https://www.treccani.it/enciclopedia/giuseppe-salvioli>>

Vitti, Alfredo, 'MARTINI, Antonio', *Treccani - Enciclopedia Italiana* (Treccani, 1934) <<https://www.treccani.it/>>

Wickham, James Anthony, *A Synopsis of the Doctrine of Baptism, Regeneration, Conversion, &c. and Kindred Subjects, by the Fathers and Others Writers from the Time of Our Saviour to the End of the Fourth Century with a Preface by the Rev. H. D. Wickham, M. A. Late of Exeter Colle*, 1st edn (London: George Bell, 1850)

Zimmermann, Moshe, 'A Road Not Taken - Friedrich Naumann's Attempt at a Modern German Nationalism.', *Journal of Contemporary History*, 17.4 (1982), 689-708 <<http://www.jstor.org/stable/260528>>

Recebido 16/08/2023
Aprovado 23/06/2025

Felipe Pante Leme de Campos
E-mail: felipe.pantelc@gmail.com

